



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES

Praça Arnaldo de Souza, 38
Centro | São José | SC | 88103-005
3029.1380
licitacoes@cmsj.sc.gov.br

EDITAL

Pregão Eletrônico nº 025/2023

Data de Abertura: 05/12/2023 às 14h

No site: www.gov.br/compras

OBJETO

Prestação de serviços de criação, captação, produção, edição e finalização de programas a serem veiculados em canal aberto da TV Câmara de São José, com locação de equipamentos e fornecimento de profissionais necessários para a produção audiovisual de toda a grade de programação, conforme especificações constantes do Termo de Referência (Anexo II) e demais anexos deste Edital.

VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL

R\$ 1.057.160,32 (um milhão e cinquenta e sete mil, cento e sessenta reais e trinta e dois centavos)

REGISTRO DE PREÇO	VISTORIA	INSTRUMENTO CONTRATUAL	FORMA DE ADJUDICAÇÃO
Não	Facultativa	Contrato	POR GRUPO

DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO (CONSULTAR ITEM 9 DO EDITAL) *

Requisitos:

- | | |
|---|-------------------------------------|
| - SICAF ou documentos equivalentes | - Habilitação Jurídica |
| - Certidão CNJ | - Regularidade Fiscal e Trabalhista |
| - Certidão Consolidada Pessoa Jurídica (TCU) | - Qualificação Econômico-Financeira |
| - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (TST) | - Qualificação Técnica |

* o detalhamento dos documentos/requisitos de habilitação deve ser consultado no item acima indicado.

LICIT. EXCLUSIVA ME/EPP?	RESERV. COTA ME/EPP?	AMOSTRA?
Não	Não	Não

PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA/DOCUMENTAÇÃO INICIAL	PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA FINAL, APÓS LANCES
A partir da publicação do Edital	Até 02 (duas) horas após convocação realizada pelo (a) Pregoeiro(a) no sistema.
PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO	IMPUGNAÇÕES
Até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública, para o e-mail: pregao@cmsj.sc.gov.br .	Até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública, para o e-mail: pregao@cmsj.sc.gov.br ou presencialmente na sede da CMSJ.

OBSERVAÇÕES GERAIS

- Em caso de discordância existente entre as especificações dos itens descritas no Comprasnet e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas, em especial as contidas no Termo de Referência.

Acompanhe as sessões públicas dos Pregões da CMSJ pelo endereço www.gov.br/compras, selecionando as opções Consultas > Pregões > Em andamento > Cód. UASG "928011". O edital e outros anexos estão disponíveis para download no Comprasnet e também no endereço <https://www.cmsj.sc.gov.br/>, opção Transparência > Pregão Eletrônico.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 167/2023

A Câmara Municipal de São José/SC, por intermédio da Diretoria Geral, torna público que está instaurando procedimento licitatório, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, através do presente instrumento e de seus anexos, cujos termos igualmente o integram, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Resoluções nº 728 a 737, de 09 de outubro de 2023, sendo o critério de julgamento das propostas o **MENOR PREÇO POR GRUPO**.

Data da Sessão	05/12/2023
Horário	14h (Horário de Brasília)
Local	Portal de Compras do Governo Federal www.gov.br/compras
Código UASG	928011

No caso de não haver expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente de funcionamento da Câmara Municipal, se outra data não tiver sido definida pelo(a) Pregoeiro(a).

1. DO OBJETO

1.1. Prestação de serviços de criação, captação, produção, edição e finalização de programas a serem veiculados em canal aberto da TV Câmara de São José, com locação de equipamentos e fornecimento de profissionais necessários para a produção audiovisual de toda a grade de programação, conforme especificações constantes do Termo de Referência (Anexo II) e demais anexos deste Edital.

1.2. A licitação será composta de 04 itens macros, composto por 44 subitens, agrupados em 01 GRUPO, conforme tabela constante dos anexos deste Edital.

1.3. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR GRUPO**, observadas as exigências contidas neste Edital e em seus anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. Em caso de discordância existente entre as especificações dos itens descritas no Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as do Edital.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da CMSJ para o exercício de 2023, na seguinte classificação:



Unidade	Projeto/Atividade	Elemento de Despesa
01.001	2.001	3.3.90.37.01.00.00.00
01.001	2.001	3.3.90.39.12.00.00.00
01.001	2.001	3.3.90.39.25.00.00.00

2.2. Sempre que a vigência do instrumento contratual ultrapassar a vigência dos respectivos créditos orçamentários, será providenciada dotação orçamentária própria para cobertura do período subsequente.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste pregão eletrônico interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto do presente certame e que estejam com credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. As microempresas e empresas de pequeno porte que tenham optado pelo Simples Nacional deverão providenciar a alteração na forma de recolhimento de seus tributos caso se sajam vencedoras do certame, em razão da vedação trazida pelo art. 17, inciso XII, da Lei Complementar Federal nº 123/2006 (que realize cessão ou locação de mão de obra).

3.6. A Proposta comercial apresentada por microempresas e empresas de pequeno porte já deve conter os valores e encargos considerando a exclusão do regime ora tratado, ainda que haja prazo legal para a comunicação de exclusão do regime à Receita Federal do Brasil.

3.7. Não poderá disputar desta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;



3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.13. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.



4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.11.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.



4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. A licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) Valor unitário e total do item;
- b) Marca, se aplicável;
- c) Fabricante; se aplicável;
- d) Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, o prazo de validade, a marca e o número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- e) Prazo de validade da proposta.



- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.
- 5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 5.10. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.
- 5.11. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.



6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$30,00 (trinta reais)**.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa “aberto”.
- 6.11. O envio de lances no pregão eletrônico no modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- a) A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
 - b) A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
 - c) Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
 - d) Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
 - e) Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.



6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o(a) pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo o(a) pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

a) Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

b) A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

c) Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

d) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

a) Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.a.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.a.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.19.a.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;



6.19.a.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

b) Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.b.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.19.b.2. empresas brasileiras;

6.19.b.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.b.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o(a) pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.4. O(a) pregoeiro(a) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.5. É facultado ao(à) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no *chat* pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.21. Após a negociação do preço, o(a) pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;



- 7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o(a) pregoeiro(a) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o(a) pregoeiro(a) verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 4.6 deste edital.
- 7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
- 7.7. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, a licitante deverá informar quais foram os acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho utilizados no cálculo do valor:
- 7.7.1. O(s) sindicato(s) indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado.
- 7.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.8.1. conter vícios insanáveis;
- 7.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.



7.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita da unidade requisitante do serviço ou da área técnica vinculada ao objeto.

7.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo(a) pregoeiro(a), ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o(a) pregoeiro(a) analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.



8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada ou que seja possível verificar sua autenticidade.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.8. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

8.8.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado com a Diretoria de Administração, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

8.8.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.9. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

8.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.11. A verificação pelo o(a) pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.



- 8.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do(a) pregoeiro(a).
- 8.11.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.
- 8.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 8.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):
- 8.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 8.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 8.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.11.1.
- 8.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 8.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 8.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.



9. DOS RECURSOS

9.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- 9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 9.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Câmara Municipal de São José.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- 10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) pregoeiro(a) durante o certame;



10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:

10.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

10.1.2.4 deixar de apresentar amostra;

10.1.2.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

10.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

10.1.5. fraudar a licitação;

10.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1. advertência;

10.2.2. multa;

10.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

10.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;



10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.1 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.1 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.1 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido nos termos de Resolução da Câmara Municipal de São José.

10.11. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10.11.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela autoridade competente, nos autos do processo de licitação.

10.12. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.



11 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) Pregoeiro(a).
- 11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.cmsj.sc.gov.br.

12 ANEXOS

- Anexo I: Termo de Referência;
Anexo II: Modelo da Proposta Comercial;
Anexo III: Modelo de Atestado de Capacidade Técnica;
Anexo IV: Termo de Vistoria ou Renúncia
Anexo V: Minuta do Contrato.

São José/SC, 20 de novembro de 2023.

MÁRCIA APARECIDA DE LIMA
Diretora Geral



**ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA**

Unidade Requisitante

Coordenação de Comunicação Social

1. OBJETO

Prestação de serviços de criação, captação, produção, edição e finalização de programas a serem veiculados em canal aberto da TV Câmara de São José, com locação de equipamentos e fornecimento de profissionais necessários para a produção audiovisual de toda a grade de programação, conforme especificações constantes do Termo de Referência e demais anexos deste Edital.

1.1. Especificações, quantidades e valores de referência

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	Valor unitário máximo mensal	Valor mensal máximo total para o item	Valor total anual máximo
1	Equipamentos				
1.1	Câmeras de vídeo no formato FULL HD 3CMOS com gravação em cartão SDHC 1080i, com baterias, carregador, kit de iluminação, cabos e todos os acessórios necessários para a gravação das sessões no Plenário e outras atividades em qualquer ambiente da Câmara Municipal de São José, além do uso para a gravação de externas de produção e jornalismo, sendo que cada câmera deverá estar acompanhada de 2 (dois) cartões de 16Gb e 01(um) leitor de cartão compatível para ficar nas ilhas de edição. Modelo de referência: Sony HDR-FX7 Camcorder HDV 3-CMOS	3	R\$ 1.201,04	R\$ 3.603,12	R\$ 43.237,44
1.2	Câmera robótica com tecnologia digital FULL HD com sensor 3CMOS e controle remoto compatível para serem operadas a partir da mesa de corte. Deve acompanhar suporte de teto e demais itens de fixação. Modelo de referência: Sony SRG -X120N, FLA-HD530U23T, Full HD, Sony PTZ BRC-H900	4	R\$ 1.000,00	R\$ 4.000,00	R\$ 48.000,00
1.3	Tripés para câmeras, em alumínio ou material superior, com altura máxima de 180cm e mínima de 85cm aproximadamente, capacidade de carga de pelo menos 5kg e diâmetro	2	R\$ 158,59	R\$ 317,18	R\$ 3.806,16



	aproximado de 100cm. Modelo de referência: Tripé Benro KH26P				
1.4	Tripés para câmeras, em alumínio ou material superior, sendo acoplados a dolly com altura máxima de 180cm e mínima de 85cm aproximadamente, capacidade de carga de pelo menos 5kg e diâmetro aproximado de 100cm. Dolly em alumínio, com capacidade de carga de 30kg aproximadamente. Modelo de referência: Tripé Benro KH26P, Dolly EI-7004, da E-Image	2	R\$ 220,00	R\$ 440,00	R\$ 5.280,00
1.5	Intercomunicadores profissionais de no mínimo 02 canais, (operador da mesa de corte, cinegrafista e cabine de áudio do Plenário), possuir conector de linha XLR-6 e conector de fone de ouvido XLR-4M. Modelo de referência: ClearCom RS-702 Encore Two-channel Standard Dual Listen Monaural Beltpack-by-ClearCom	3	R\$ 146,70	R\$ 440,10	R\$ 5.281,20
1.6	KIT Microfone e Lapela Sem Fio compatível com mesa de áudio e com câmeras profissionais. Ser do tipo duplo, que aceite microfone de mão e lapela, pelo menos um de cada vez para uso em reportagens externas e de estúdio. Microfone com forma de transmissão sem fio, UHF analógico, possuir número de canais de Resposta de Frequência maior que 1500. Microfone de lapela incluso com sensibilidade de até 1 kHz, possuir condensador de eletreto e padrão polar Omnidirecional. Modelo de referência: Sony UWP-D26, EW 100 ENG G4 da Sennheiser	1	R\$ 600,00	R\$ 600,00	R\$ 7.200,00
1.7	Microfone Lapela Com Fio para uso em gravações internas e externas, deve conter cápsula de condensador de eletreto, padrão polar omnidirecional com conexão XLR de 03 (três) pinos, resposta de frequência de 20 a 20.000 Hz. Ter sensibilidade em campo livre, sem carga (1kHz) 5 mV/Pa +- 3 dB. Modelo de referência: Sony ECM-77B, Sennheiser MKE 2	4	R\$ 225,00	R\$ 900,00	R\$ 10.800,00
1.8	Mesa de corte de vídeo digital que suporte a transmissão em FULL HD ou superior. Com capacidade para	1	R\$ 2.435,39	R\$ 2.435,39	R\$ 29.224,68



	gerenciar as câmeras robóticas e promover a geração de caracteres e efeito <i>Chroma Key</i> . Possuir no mínimo 8 (oito) entradas e 8 (oito) saídas de vídeo e ter no mínimo 02 (duas) entradas de vídeo, todos compatíveis com o cabeamento utilizado. A mesa deve permitir integração com software de transmissão e possuir <i>Software Control Panel</i> compatível com o sistema operacional e incluir Switcher Utility. Modelo de referência: Blackmagic / ATEM Television Studio Pro 4K				
1.9	Deck de gravação automática com entrada para no mínimo 02 (dois) cartões SD 32GB que receba no mínimo imagens no padrão FULL HD e possua no mínimo 1 entrada 6G-SDI, 2 saídas 6G-SDI, 1 saída HDMI. Modelo de referência: Blackmagic Design Hyperdeck Studio mini	2	R\$ 300,00	R\$ 600,00	R\$ 7.200,00
1.10	Computador completo, com monitor em Full HD, mouse e teclado que seja específico para realização de <i>streaming</i> em alta performance e que seja compatível com a mesa de corte e a mesa de som para a realização das transmissões. Com processador do tipo Intel i7 ou similar, com memória mínima de 32GB e placa de vídeo dedicada com memória interna de 10GB pelo menos. A máquina deve ter capacidade para receber os sinais da mesa de corte, via SDI ou HDMI e transmiti-los ao <i>Facebook</i> e ao <i>Youtube</i> , utilizando softwares compatíveis com a mesa de corte.	1	R\$ 2.077,37	R\$ 2.077,37	R\$ 24.928,44
1.11	Luminária de LED de no mínimo 54w de potência, com tripé para captação em externa ou estúdio. Temperatura de cor 3200k / 5600K. Modelo de referência: Mako Yongnuo yn900 II	2	R\$ 120,00	R\$ 240,00	R\$ 2.880,00
1.12	Microfone dinâmico profissional com canopla (espuma personalizada), do tipo dinâmico, padrão polar cardioide, resposta de frequência de 50Hz a 20 KHz, impedância de 150 ohms aproximadamente, diretividade <i>Omnidirecional</i> , possuir conector do tipo XLR-3. Modelo de referência: Shure	2	R\$ 123,52	R\$ 247,04	R\$ 2.964,48



	SM58-LC				
1.13	Mesa de áudio de, no mínimo, 08 canais para a interligação do estúdio e plenário com os demais equipamentos. Deve possuir entradas balanceadas, controle de ganho por canal, com entradas XLR e P10. Modelo de referência: Mark Audio CMX08 USB/SD	1	R\$ 381,59	R\$ 381,59	R\$ 4.579,08
1.14	Computador completo, com mouse e teclado, capaz de rodar o exibidor da programação diária. Deve possuir placa de vídeo com 1 saída em SDI HD-SDI e possuir pelo menos 1 entrada SDI/HD ou contar com placas que permitam a entrada e saída dos sinais. A máquina deve ter alta capacidade de processamento e rodar o software necessário para manter o PGM no ar com os devidos programas em série e nos horários corretos. É necessário ter no mínimo um processador de alta performance do tipo Intel i7 ou semelhante com 32Mb memória RAM placa de vídeo gráfica especial para edição de vídeo, placa de rede Giga para interligar no sistema com exibidor de programação e outros sistemas.	1	R\$ 2.077,37	R\$ 2.077,37	R\$ 24.928,44
1.15	Aparelho para isolamento de áudio para interligação da mesa de áudio do plenário com o <i>switcher</i> , deve possuir 02 entradas e 02 saídas de áudio no mínimo com conectores XLR, isolar eletricamente as entradas e as saídas, protegendo os equipamentos de áudio da circulação de corrente elétrica não desejada entre eles. Modelo de referência: EAM PN M11	1	R\$ 128,59	R\$ 128,59	R\$ 1.543,08
1.16	Aparelho para isolamento de vídeo (hum-eliminator) para o sinal de vídeo entregue pelo sistema de votação no plenário. Deve possuir no mínimo 03 (três) sinais de entrada; conectores de entrada e saída BNC tipo baioneta 75 ohms; ser apropriado para sinais 3G-SDI, HD-SDI, SD-SDI e vídeo analógico composto; largura de banda: 3 GHz. Modelo de referência: EAM PN M11	1	R\$ 239,30	R\$ 239,30	R\$ 2.871,60
1.17	Amplificador de potência de pelo menos 300w RMS, padrão rack. Modelo de referência: Datrel PA3000	1	R\$ 91,79	R\$ 91,79	R\$ 1.101,48



1.18	Caixa de som ativa de pelo menos 100w, processada com 2 vias, com alto-falante de pelo menos 8" e 1 <i>Driver</i> , possuir entrada de <i>Mic</i> e <i>Line</i> com controles de volume independentes e balanceadas. Deve acompanhar suporte e demais itens de fixação. Modelo de referência: ATAK VRF 815	3	R\$ 300,00	R\$ 900,00	R\$ 10.800,00
1.19	Caixa de som passiva de 100w, Modelo para colocação em parede com 02 vias e alto-falante de 8" ou 6", deve acompanhar suporte e demais itens de fixação. Modelo de referência: JBL C621 ou Frahm CS6	3	R\$ 200,00	R\$ 600,00	R\$ 7.200,00
1.20	<i>Teleprompter</i> com monitor e espelho refletivo de pelo menos 19", possuir base estabilizadora e ajuste de câmeras, deve acompanhar cabo HDMI de 10m pelo menos, <i>software</i> de exibição de textos for <i>windows</i> e controle remoto tipo apresentador. Modelo de referência: LINE PRO / LINEPRO19	1	R\$ 1.243,80	R\$ 1.243,80	R\$ 14.925,60
1.21	Fresnel LED com potência mínima 200w e zoom manual ajustável de 25° a 55° aproximadamente, temperatura de cor 3200k / 5600k, com sistema de resfriamento e sem barulho. Modelo de referência: LL-200FRS-WA 200W LED FRESNEL	3	R\$ 450,00	R\$ 1.350,00	R\$ 16.200,00
1.22	Computador completo, com <i>mouse</i> , teclado e dois monitores entre 19 e 24" para funcionar para edição não linear. Possuir no mínimo processador do tipo Intel i7 ou superior, memória RAM de 32 MB ou superior, placa de vídeo dedicada, placa de rede gigabit e HDs com capacidade para armazenar no mínimo 40 horas de material em HD. Equipamento dotado de todos os <i>softwares</i> de edição necessários para o bom andamento dos serviços. O equipamento deve possuir monitor de áudio profissional para garantir alta qualidade de áudio nas edições de vídeo. O monitor deve ser estéreo com 2 caixas acústicas e no mínimo alto falantes de 4" com <i>twiiter</i> e controle de volume e graves e agudos manual, entrada de áudio RCA e potência mínima de 64w RMS	1	R\$2.314,64	R\$ 2.314,64	R\$ 27.775,68



1.23	HUB-Giga Byte de no mínimo 08 entradas, 10/100/1000. Modelo de referência: TP LINK / TL-SG1016D	1	R\$ 200,00	R\$ 200,00	R\$ 2.400,00
1.24	No-Break de no mínimo 3,5Kva com autonomia mínima para ligar todo Master/Produção. Modelo de referência: MKS / MSI3500N	1	R\$ 484,04	R\$ 484,04	R\$ 5.808,48
1.25	No-Break de no mínimo 1Kva com autonomia mínima para ilha de edição. Modelo de referência: Intelbras SNB1000	1	R\$ 257,18	R\$ 257,18	R\$ 3.086,16
1.26	Conversor de formato de sinais FULL HD/SD/HD (<i>Up/Down Cross Converter</i>) para mistura de vídeos com formatos diferentes; ter entradas e saídas de áudio e vídeo compatíveis com os equipamentos. Modelo de referência: DataVÍdeo DAC 70	1	R\$ 225,00	R\$ 225,00	R\$ 2.700,00
1.27	Comutador de vídeo (botoneira) de no mínimo 4 entradas e 1 saída para selecionar o sinal a ser enviado para as Tv's a cabo (Plenário/ Estúdio /Exibidor /Mesa corte), deve suportar no mínimo os padrões SMPTE 259M, SMPTE 292L e SMPTE 424M e ser compatível com os equipamentos. Modelo de referência:4s HDS – 401	1	R\$ 707,18	R\$ 707,18	R\$ 8.486,16
1.28	Equalizador processador de áudio deve possuir pelo menos 1 entrada SDI e 1 saída SDI para TV digital. Saída AES e analógica RCA de áudio para monitoramento, pelo menos 6 bandas de processamento, Plataforma em DSP e AGC Quadruplo. Modelo de referência: Orbsonic AFX-TV 930 SDI	1	R\$ 500,00	R\$ 500,00	R\$ 6.000,00
1.29	Mesas, cadeiras e armários para acomodar a equipe técnica na sala de produção (máster) e que atendam padrões de ergonomia e painel para fixação dos monitores	1	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 60.000,00
1.30	Exibidor da programação da TV da Câmara de São José com capacidade de armazenamento de, no mínimo, 100 (cem) horas de áudio e vídeo, com entradas e saídas de vídeo HD SDI, áudio “ <i>embedded</i> ”, “ <i>Play list</i> ” de exibição dos eventos, com possibilidade de gravação em HD SDI ou através de arquivo de dados “REDE”. Modelo de referência: Floripa tecnologia Spot	1	R\$ 1.900,00	R\$ 1.900,00	R\$ 22.800,00



	Camp Spotware				
1.31	Rack metálico 19", com pelo menos 36u, que acomode os equipamentos para ilha de edição, ilha de exibição, <i>switch master</i> e <i>switch</i> de produção. Modelo referência: Cabotek Rak 19"	1	R\$ 128,59	R\$ 128,59	R\$ 1.543,08
1.32	Cabeamento de áudio e vídeo necessários a operacionalidade dos equipamentos nos ambientes da Câmara Municipal de São José, inclusive estúdio, e em externas, incluindo adaptadores, distribuidores, conversores, medusas e conectores durante a vigência do contrato	1	R\$ 900,00	R\$ 900,00	R\$ 10.800,00
1.33	<i>Storage</i> de no mínimo 10 TB integrado em CPU com Processador AMD R-Series RX-421ND de quatro núcleos e 2,1 GHz (Turbo Core a 3,4 GHz) ou similar	1	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 24.000,00
1.34	Mesa de áudio digital com no mínimo 32 entradas em XLR. Modelo de referência: X32 Behringer	1	R\$ 1.450,00	R\$ 1.450,00	R\$ 17.400,00
1.35	Estação de trabalho para repórteres contendo mesa de no mínimo 1m, cadeira de escritório e computador padrão com mouse, teclado e monitor, com configuração básica para produção de texto.	2	R\$ 1.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 24.000,00
1.36	Link de Internet com no mínimo 300Mb de banda <i>Upload</i> para <i>Streaming</i> entregue na Central Master da Tv Câmara de São José.	1	R\$ 300,00	R\$ 300,00	R\$ 3.600,00
2	Mão de obra técnica				
2.1	Diretor de imagens (CBO 3744-25) disponível durante 120 (cento e vinte) horas mensais ou 06 (seis) horas diárias conforme convenção do sindicato da categoria.	1	R\$ 6.952,20	R\$ 6.952,20	R\$ 83.426,40
2.2	Operador de edição disponível durante 120 (cento e vinte) horas mensais ou 06 (seis) horas diárias conforme convenção do sindicato da categoria	2	R\$ 6.050,56	R\$ 12.101,12	R\$ 145.213,44
2.3	Operador de câmera (CBO 3721-15) disponível durante 120 (cento e vinte) horas mensais ou 06 (seis) horas diárias conforme convenção do sindicato da categoria.	1	R\$ 5.450,00	R\$ 5.450,00	R\$ 65.400,00
2.4	Repórter (CBO 2611-35) disponível durante 100 (cem) horas mensais ou 05 (cinco) horas diárias de segunda à sexta feira conforme sindicato da categoria	1	R\$ 7.975,00	R\$ 7.975,00	R\$ 95.700,00



2.5	Operador de áudio disponível durante 120 (cento e vinte) horas mensais ou 6 horas diárias de segunda a sexta-feira conforme convenção do sindicato	1	R\$ 5.120,00	R\$ 5.120,00	R\$ 61.440,00
2.6	Chefe de Reportagem (CBO 2611-15) disponível durante 140 (cento e quarenta) horas mensais ou 07 (sete) horas diárias de segunda à sexta feira, podendo, entre suas atribuições, também apresentar programas e realizar reportagens diárias	1	R\$ 8.250,00	R\$ 8.250,00	R\$ 99.000,00
3	Montagem de Estúdio				
3.1	Montagem de estrutura em espaço disponibilizado pela Câmara Municipal de São José em sua sede. O estúdio tem aproximadamente 15m ² e deverá ser instalado isolamento acústico nas portas, paredes e teto, com material de aplicação profissional e com tratamento antichama. Aplicação de piso vinílico emborrachado em toda área de chão da sala. Deverão ser afixados, por meio de suporte de teto, 05 painéis de luz 400w LED. Deverá ser disponibilizada uma bancada para apresentador feita em madeira com iluminação em fita de LED, 03 poltronas giratória, 03 tapadeiras medindo 2.7m altura por 2.4m largura. (este item não constitui despesa mensal, sendo pago apenas um vez)	1	R\$ 7.000,00		R\$ 7.000,00
4	Interligação/entrega de sinal				
4.1	Interligação/entrega de sinal de áudio e Vídeo Full HD da TV Câmara de Vereadores de São José, através de "Optical Fiber" ou "Link digital de micro-ondas" até os seguintes pontos: Entregar o sinal Full HD da Tv Câmara de São José dentro do Master da operadora de TV a cabo de São José (NET)	1	R\$ 385,77	R\$ 385,77	R\$ 4.629,24

Valor total máximo aceitável: R\$ 1.057.160,32 (um milhão e cinquenta e sete mil, cento e sessenta reais e trinta e dois centavos)

Valor mensal máximo: R\$ 87.513,36 (oitenta e sete mil quinhentos e treze reais e trinta e seis centavos)

Valor máximo a ser pago em parcela única: R\$ 7.000,00 (nove mil reais) referente à montagem do estúdio.



Obs: Valores calculados conforme mediana de pesquisa de preços de valores de mercado.

1.2. Da natureza do objeto

- (x) Não se enquadra como sendo bem de luxo.
- (x) Os bens, objeto desta contratação são caracterizados como comuns, com características e especificações usuais de mercado.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

Com a proximidade do término de vigência do Contrato nº 20/2019 cujo objeto é a prestação de serviços de criação, captação, produção, edição e finalização de telejornais, vinhetas, programas de televisão diversos, retransmissão dos plenários, comissões e audiências públicas, gerenciamento técnico-operacional e de gestão administrativa e de todo o conteúdo da TV Câmara, bem como a locação de equipamentos e fornecimento de profissionais necessários para a produção audiovisual de toda a grade de programação da TV Câmara, adotando tecnologia no padrão digital HDTV *broadcasting* (alta definição 1080i), e entrega de sinal para retransmissão dos sinais digitais da TV para as operadoras de TV a cabo e, ainda, entrega de sinal digital para transmissão da programação, adotando o sistema brasileiro de TV digital, em sinal aberto e de forma gratuita no canal para a região, além de veiculação na internet através de outros canais de divulgação na rede mundial de computadores e sua impossibilidade de prorrogação, faz-se necessário novo procedimento licitatório para manutenção das atividades desenvolvidas pela TV Câmara de São José.

A necessidade desta contratação se dá para a manutenção das atividades da TV Câmara, bem como para o cumprimento dos termos ajustados no Acordo de Cooperação Técnica mantido entre esta Casa e o Senado Federal (nº 2019/0025) que nos imputa a responsabilidade de manter no ar os canais que nos foram cedidos 24h/dia, de forma contínua, tendo assim que produzir conteúdo de qualidade para preencher essa grade de programação. O problema a ser resolvido é decidir, diante das características da contratação, qual a modelagem deve ser adotada: continuar com a modelagem atual (locação), com as devidas adaptações, ou adotar outra modelagem que poderia ser mais vantajosa.

O interesse público pode ser verificado em vários aspectos da contratação, uma vez que a difusão por meio televisivo das atividades, ações e realizações do Legislativo Municipal tem se confirmado uma estratégia de extrema relevância como forma de divulgar, dar transparência e de manter proximidade com os cidadãos, levando a mais variada gama de informações da produção legislativa como forma de prestação de contas à sociedade josefense.

3. DOS PARÂMETROS DA LICITAÇÃO

3.1. Será adotado o Sistema de Registro de Preços – SRP?

- () Sim
- (x) Não

3.2. Será adotado tratamento diferenciado a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 (alterado pela Lei Complementar nº 147/2014):

- (x) Valor referencial superior a R\$ 80.000,00 de natureza divisível, porém não sendo aplicável tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte por não ser mais vantajoso para a administração pública.

3.3. Haverá necessidade de vistoria prévia (visita técnica)?

- (x) Vistoria facultativa



Justificativa:

O atestado de visita técnica, indicando que a proponente tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto desta licitação, deve ser apresentado **junto à Proposta Comercial**, em via original com a assinatura do servidor que acompanhou a vistoria. O proponente que optar por não fazer a vistoria técnica deverá, em substituição ao atestado de visita técnica, apresentar uma declaração na qual o proponente declara que dispensou a realização da visita técnica ao local dos serviços objeto do procedimento licitatório em referência, considerando suficientes os elementos técnicos fornecidos pelo termo de referência para os levantamentos necessários à perfeita elaboração da proposta, bem como a execução do objeto, de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas pela empresa em favor de eventuais pretensões de avenças técnicas ou financeiras.

Unidade responsável pelo agendamento da vistoria: Comunicação Social

Telefone para agendamento da vistoria: 48-3029 1359

3.4. Será admitida a participação de consórcios?

() Não

(x) Sim

3.5. Será admitida a participação de cooperativas?

(x) Não

() Sim

3.6. Será admitida a subcontratação?

(x) Não

() Sim

3.7. Do agrupamento de itens em lotes

A aquisição/contratação se dará em lotes?

() Não

(x) Sim

Justificativa:

Haverá o agrupamento de todos os itens previstos por se tratar de uma solução integrada. Entende-se que o parcelamento prejudicará a viabilidade técnica (prejuízo para o complexo da contratação com a aglutinação entre atividades finalísticas e instrumentais) e econômica (economia de escala) e que a unificação proporcionará melhor aproveitamento dos recursos de mercado e o aumento de competitividade, além de redução dos custos operacionais inclusive para a fiscalização e gestão do contrato.

4. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

4.1. Serão exigidos documentos adicionais juntamente com a proposta de preços (para análise da área técnica e/ou Unidade Requisitante na fase de julgamento da proposta final de preços):

() Não

(X) Sim

Se sim, quais?

A licitante deverá apresentar juntamente com a proposta comercial o Termo de Vistoria ou Renúncia.

4.2. Será exigido amostra do(s) produto(s)/demonstração do(s) serviço(s):



☒ Não

☐ Sim

4.3. Será exigida prova de conceito?

☒ Não

☐ Sim

4.4. Será exigida carta de solidariedade?

☒ Não

☐ Sim

4.5. Será exigida garantia de proposta?

☒ Não

☐ Sim

Se sim, justificativa:

5. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

5.1. Habilitação Jurídica

☒ Empresário Individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

☒ Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

☒ Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede;

☒ Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

☒ Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



5.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

(x) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

(x) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social;

(x) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

(x) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa;

(x) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

5.3. Qualificação econômico-financeira

(x) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133/2021, art. 69, caput, inciso II;

5.4. Qualificação técnica

(x) Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

[x] Operação de emissora de TV aberta, com recurso multiprogramação

[x] Cessão de mão de obra técnica

Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

6. DA EXECUÇÃO DO OBJETO



6.1. Prazo de entrega/execução

Entrega total em até 45 (quarenta e cinco) dias contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou documento equivalente.

6.2. Local, horário e endereço de entrega

Câmara Municipal de São José, Praça Arnaldo de Souza, 38 – Centro Histórico de São José/SC.

6.3. Bens perecíveis

(x) Não

() Sim

6.4. Garantia de execução do contrato

Será exigida garantia de execução do contrato, nos moldes do Artigos 96 a 102 da Lei nº 14.133/21, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato?

() Não

(x) Sim

Se sim, justificativa:

Justifica-se pelo próprio valor estimado da contratação e os riscos inerentes.

7. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

7.1 Da contratada

Obriga-se a empresa vencedora:

- a) atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;
- b) ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c) responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;
- d) reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- e) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;
- f) apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;
- g) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;
- h) manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- i) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- j) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza



previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;

k) mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;

l) manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a CONTRATANTE por todo o período de contratação, comunicando, imediatamente, em caso de alteração;

DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

1 - O trabalho a ser realizado, bem como toda a operação da TV Câmara em São José, será de responsabilidade da CONTRATADA, com a orientação e supervisão da Coordenação de Comunicação Social da Câmara Municipal de São José, o qual deverá constar de:

a) Criação, produção, edição e finalização de programas em **HDTV 1080i** em formato de debates, entrevistas, resumos, retrospectivas, reportagens especiais, documentários e outros formatos diversos, conforme definição a ser feita pela Câmara Municipal de São José de acordo com os seus objetivos editoriais e institucionais, sendo **no mínimo 6 horas de conteúdo semanal**, abordando sempre temas de interesse do Legislativo em seus mais diversos aspectos, observando-se as seguintes possibilidades:

a.1) Debates e entrevistas com parlamentares, lideranças comunitárias, autoridades e outros, a critério da Coordenação de Comunicação Social, onde serão discutidos temas e projetos de interesse da cidade;

a.2) Programa de variedades, abrangendo as áreas socioeconômica, cultural, de entretenimento, comunitária, terceiro setor, produção de mensagens de campanhas institucionais de esclarecimento ou de utilidade pública e outras;

a.3) Produção de entradas ao vivo ou pré-gravadas, momentos antes da realização de sessões solenes ou audiências públicas, divulgando informações acerca dos referidos eventos.

b) Produção, transmissão, retransmissão ou cobertura ao vivo de sessões legislativas, de licitações, audiências e reuniões públicas e de comissões (não incluídas nas 6 horas de conteúdo semanal), de acordo com as necessidades da Câmara Municipal de São José;

c) Criação, produção, edição e finalização das **vinhetas e comerciais** em **HDTV1080i** de abertura, passagem e encerramento de telejornais e programas, bem como para chamadas jornalísticas e para divulgação de eventos institucionais, todos com utilização vinculada à própria TV Câmara;

d) Criação, produção, edição e finalização de programas externos em **HDTV 1080i**, no limite geográfico do Município de São José/SC, nos formatos a serem estabelecidos pela Câmara Municipal de São José e com a disponibilização para este serviço de 1 (um) automóvel da CONTRATANTE.

e) Todos os eventos realizados em Plenário deverão ser transmitidos com logotipo da Câmara Municipal de São José e informações na tela, em tempo real. As informações detalhadas sobre os eventos, assim como a agenda, serão fornecidas previamente pela Coordenação de Comunicação Social.

f) Fornecimento de equipamentos necessários à tradução da programação por profissionais intérpretes de libras.



g) Fornecimento de grade diária de programação à Coordenação de Comunicação Social para divulgação no site oficial, nas redes sociais e na grade de programação eletrônica das operadoras de TV por assinatura.

h) Captação ao vivo, com no mínimo 2 (duas) câmeras, da Sessão Solene de Cidadão Honorário de São José, realizado em espaço de eventos externo, dentro do perímetro do município. Deverá haver também a cobertura jornalística do evento.

i) Entrega semestral à Contratante, dos programas produzidos, com dados brutos e finalizados, em mídia apropriada, para armazenamento e acervo histórico da Casa Legislativa. O material deverá ser entregue com a correta indexação (assunto, vereador, projeto de lei, audiência pública, plenários, sessões solenes e palavras-chave para localização de conteúdos específicos), visando a fácil pesquisa e recuperação de reportagens e matérias específicas de qualquer parte do material produzido.

j) Gerenciamento e entrega de sinal para transmissão, em dias e horários pré-estabelecidos, em HDTV em sinal digital, contemplando o conteúdo produzido, retransmissão ao vivo dos plenários, comissões e audiências públicas;

k) Os serviços acima elencados deverão estar em plena atividade em até 45 (quarenta e cinco) dias contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou documento equivalente. Inclui-se nesse cronograma o estabelecimento da transmissão de TV aberto/fechado/web e a montagem completa do estúdio. Nesta ocasião poderá ser emitido o termo de aceite definitivo.

2 – A CONTRATADA deverá se responsabilizar pela criação, instalação e manutenção de, no mínimo, 03 (três) cenários para os programas gravados em estúdio. Inclui-se poltronas, bancada de madeira e qualquer outra estrutura que se fizer necessária.

3 – A CONTRATADA deverá disponibilizar à Câmara Municipal de São José todo o material produzido e arquivado em seus servidores, sempre que solicitado e durante toda a vigência do contrato, observando-se que a propriedade desse conteúdo pertence à Câmara Municipal e deverá ser a ela entregue integralmente ao final do contrato.

4- Os equipamentos a serem fornecidos devem ter todas as suas características técnicas e operacionais preservadas, ainda que não sejam novos, de primeiro uso.

5 – A CONTRATADA deverá fornecer todos os programas de informática e suportes necessários à edição de imagem, som, vídeo e outros objeto deste termo de referência devidamente licenciados.

6 – Todos os direitos de exibição, reprodução e veiculação do material produzido serão cedidos à Câmara Municipal de São José, sem que tenha a CONTRATADA direito de qualquer natureza derivativo dessa cessão.

DA EQUIPE TÉCNICA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

1 – A CONTRATADA deverá manter na sede da Câmara Municipal de São José equipe de profissionais, conforme este termo de referência, visando o correto cumprimento do objeto contratado.



1.1 – Descrição, atribuições e requisitos de atuação técnica:

1.1.1. Chefe de Reportagem: Dirigir a emissora, chefiando toda a equipe, seja nas áreas jornalística, editorial, de produção e técnica. Fazer a interface entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE, realizando também todas as obrigações administrativas. Definir, junto à Coordenação de Comunicação Social, a linha editorial e jornalística da emissora. Determinar e supervisionar *"in loco"* as tarefas de acordo com as diretrizes assinaladas pela Coordenação de Comunicação Social da Câmara; estabelecer um planejamento de atividades de acordo com tais diretrizes; prestar contas à Coordenação de Comunicação Social sobre a execução das atividades; informar à Coordenação de Comunicação Social sobre eventuais ocorrências de problemas que atrapalhem ou impeçam a execução das atividades previstas; promover reuniões de avaliação sobre a qualidade técnica e do conteúdo jornalístico dos programas e transmissões dos trabalhos legislativos; coordenar a linha editorial e jornalística da emissora; coordenar as etapas de produção e edição, reportagens, debates e entrevistas, realizar reuniões de pauta. Fazer seleção, revisão e preparo das matérias e programas a serem exibidos; apresentar programas; noticiar fatos; ler textos ao vivo; gravar textos em *"off"*; gravar locuções; entrevistar pessoas; anunciar a programação; redigir a notícia, preparar conteúdo para apresentação, pautando o texto, checando as informações, adaptando-se aos padrões da emissora e do público; e realizar reportagens internas e externas.

Requisitos: Curso superior em Comunicação Social e/ou Jornalismo e experiência comprovada de 24 meses em televisão.

1.1.2. Repórter/Apresentador: Atuar na linha editorial e jornalística da emissora, fazendo integração entre todos os departamentos, orientando as abordagens editoriais, realizando as etapas de produção e edição, reportagens, debates e entrevistas. Recolher, apurar, redigir textos; organizar e interpretar informações e notícias a serem divulgadas; realizar revisões; e definir as matérias jornalísticas a serem divulgadas e produzidas e organizar informações e notícias a serem difundidas, expondo, analisando e comentando os acontecimentos. Fazer seleção, revisão e preparo das matérias e programas a serem exibidos; apresentar programas; noticiar fatos; ler textos ao vivo; gravar textos em *"off"*; gravar locuções; entrevistar pessoas; anunciar a programação; redigir a notícia, preparar conteúdo para apresentação, pautando o texto, checando as informações, adaptando-se aos padrões da emissora e do público; e realizar reportagens internas e externas.

Requisitos: Curso superior em Comunicação Social e/ou Jornalismo e experiência comprovada de 24 meses em televisão.

1.1.3. Diretor de imagem: Coordenar e executar gravações ou transmissões de imagens televisivas; acompanhar as etapas de produção: projeto, roteiro, pré-produção, produção, gravação e pós-produção; orientar a iluminação segundo o clima da cena; orientar a operação da câmera durante as gravações; orientar a operação de edição durante a gravação das cenas; conhecer a linguagem técnica própria para focalização da cena e termos específicos da área de atuação; conhecer e dominar os recursos de seleção e mixagem de imagens disponíveis na mesa-de-corte; operar mesa-de-corte e de vídeo; selecionar e comutar sequências de imagens; manusear o gerador de caracteres; inserir caracteres repassados pela produção. Executar os serviços de produção dos programas de noticiário, de entrevistas e de informação em geral; executar os serviços de produção das transmissões da pauta legislativa; zelar por toda operação técnica das áreas de produção e exibição; executar atividades técnicas de operação na cobertura de eventos externos, eventos em plenário ou em estúdio, preparando os sistemas de áudio e vídeo para gravação e transmissão; revisar equipamentos; organizar material de exibição e gravação; operar equipamentos de gravação de áudio e vídeo; sonorizar e efetuar sonoplastia de todas produções; operar *softwares* e equipamentos relacionados às edições e finalizações disponíveis; arquivar material bruto ou finalizado; configurar e operar mesa de corte; cuidar do cabeamento, ajustar iluminação para gravações internas e externas; checar todo o sistema. Ser capaz de, na eventualidade, configurar e operar a mesa de corte; ajustar e testar sinais de áudio e vídeo;



inserir caracteres créditos e artes; e operacionalizar o sistema de exibição.

Requisitos: Nível Médio Completo. Experiência de 24 meses. Habilitação profissional.

1.1.4. Operador de edição: Operar as ilhas de edição; capturar áudio e vídeo; definir efeitos visuais; inserir créditos; aplicar caracteres; mixar áudio; adicionar artes; recortar imagens; corrigir cores, brilho e contraste; compor imagens; adequar formatos; aplicar filtros; revisar edições finais; sonorizar e efetuar sonoplastia de todas as edições; criar vinhetas; criar animações; operar *softwares* e equipamentos relacionados às edições e finalizações disponibilizados pela CONTRATADA; produzir finalização do material.

Requisitos: Nível Médio Completo. Experiência de 24 meses. Habilitação profissional.

1.1.5. Operador de câmera: Captar imagens internas ou externas através de câmeras de vídeo, sejam fixas, portáteis ou de teto, para a realização de produções televisivas e multimídia, com teor artístico, jornalístico, documental e institucional, de acordo com orientação do Diretor de Imagem; interpretar visualmente os roteiros; operar tripés; transportar os equipamentos necessários ao trabalho; montar e ajustar a iluminação necessária ao trabalho; conectar cabos; conectar e operar os equipamentos de som e microfones necessários à captação; organizar a produção de imagens em diálogo com a equipe de trabalho.

Requisitos: Nível Médio Completo. Experiência de 12 meses. Habilitação profissional.

1.1.6. Operador de áudio: Regular e monitorar os sinais de áudio em equipamentos específicos, durante as transmissões ao vivo ou nas gravações de programas, sejam elas realizadas no plenário, estúdio ou em eventos externos. Gravar “offs”, narrações, vinhetas etc. Encarregar-se da manutenção dos níveis de áudio, equalização e qualidade do som; cumprir o plano artístico e orientações técnicas estabelecidas pela direção. Cuidar da limpeza e conservação dos equipamentos, materiais e instrumentos indispensáveis ao desempenho da função.

Requisitos: Nível Médio Completo. Experiência de 12 meses. Habilitação profissional.

1.2 Para aqueles casos em que a lei assim o exigir, deverá o profissional possuir o registro no órgão profissional competente ou na Delegacia Regional do Trabalho.

a) Quando houver a obrigação legal da conclusão de algum curso específico para o exercício de determinada função, tal exigência deverá ser necessariamente observada pela CONTRATADA no momento da contratação do profissional.

b) A licitante deverá observar em sua proposta comercial os salários mensais mínimos das categorias, obrigações acessórias e outras integrantes da Planilha de Composição de Custos.

c) A carga horária a ser cumprida individualmente pelos profissionais definidos neste Termo de Referência corresponderá à carga horária máxima permitida na convenção coletiva vigente de cada categoria para horas normais.

d) Poderá ser adotado o sistema de compensação de jornada, no qual as horas adicionais serão compensadas com folgas ou com a redução da jornada em dias subsequentes, quando não houver proibição nesse sentido em convenção ou dissídio coletivo. Não havendo a possibilidade de adotar o sistema de compensação de jornada e havendo trabalho adicional e/ou noturno, ou seja, caso um profissional trabalhe além da carga horária máxima permitida na convenção coletiva vigente respectiva, será a CONTRATADA responsável por essas horas adicionais e/ou noturnas.

e) Correrão por conta da CONTRATADA todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias



decorrentes da contratação, bem como todos os demais impostos e taxas que incidirem sobre a contratação dos empregados colocados à disposição da Câmara.

- f) Os profissionais deverão **utilizar uniforme (exceto repórteres)**.
- g) A CONTRATADA **deverá instalar ponto biométrico**, a ser fixado em local definido pela Câmara Municipal de São José, a fim de controlar os horários de trabalho dos profissionais na sede da Câmara.
- h) A frequência e a pontualidade dos profissionais alocados poderão ser controladas pela Coordenação de Comunicação Social, mas serão de responsabilidade da CONTRATADA, inclusive ao que se refere aos intervalos previstos na legislação e convenção coletiva de trabalho da categoria.
- i) O período de apuração do ponto corresponderá aos serviços executados entre o primeiro e o último dia de cada mês. Período diferente de apuração poderá ser acordado entre as partes, para melhor atender aos trabalhos operacionais de aferição da frequência e das ocorrências.
- j) Os serviços deverão ser organizados de forma a respeitar as regras contidas na legislação pertinente e as emanadas de convenção ou acordo coletivo das categorias, alterando-os sempre que houver modificações em quaisquer destas regras.
- k) Os prejuízos que porventura venham a ocorrer, causados por imperícia, negligência ou imprudência dos respectivos empregados da CONTRATADA no ambiente da Câmara Municipal de São José, serão indenizados pela empresa CONTRATADA.
- l) Todos os funcionários envolvidos na realização do objeto deste edital deverão ceder os direitos de imagem e trabalho para a Câmara Municipal de São José por meio do Termo de Cessão de Direitos Autorais. A CONTRATANTE poderá utilizar as imagens, sons etc., mesmo após eventual término de contrato, dentro dos limites compatíveis com o objetivo institucional da TV Câmara de São José, respeitando a moral e os bons costumes.
- m) Os profissionais a serem alocados pela CONTRATADA deverão ser submetidos à prévia aprovação por parte da Câmara Municipal de São José, inclusive no caso de eventual substituição. A Câmara poderá solicitar a substituição de profissionais sempre que o desempenho demonstrado for julgado, a exclusivo critério da Câmara, insatisfatório para o cumprimento dos objetos do contrato.
- n) A CONTRATADA se obriga a substituir qualquer profissional em caso de faltas, férias, atestados médicos, licença médica, ou qualquer tipo de ausência legal, sem qualquer ônus adicional para a Câmara. Como o pagamento à CONTRATADA relativo ao item mão-de-obra será feito por hora trabalhada, a não substituição de um profissional acarretará o desconto da falta no valor da mão-de-obra, sem prejuízo da possibilidade de aplicação de outras penalidades previstas em contrato.
- o) Os profissionais disponibilizados pela CONTRATADA para a prestação dos serviços não terão qualquer vínculo empregatício com a Câmara Municipal de São José, sendo de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA o pagamento de todos os tributos e encargos decorrentes das relações de trabalho, bem como o cumprimento das convenções coletivas das categorias e de todos os dispositivos legais pertinentes, podendo a Câmara, a qualquer momento, solicitar a comprovação do cumprimento de tais obrigações, sob pena de retenção de créditos e aplicação de penalidades legais e contratuais cabíveis.



p) A CONTRATADA e seus empregados se submeterão às condições fixadas pela Câmara Municipal de São José quanto ao comportamento, discricção e urbanidade no serviço, sujeitando-se às regras do sigilo em relação a assuntos de que tomem conhecimento em decorrência da execução dos trabalhos, inclusive senhas das plataformas digitais, mesmo depois de cessado o contrato originário da licitação.

q) A CONTRATADA se obriga a prestar os serviços contratados com qualidade e alto padrão, podendo a Câmara Municipal de São José, a qualquer tempo, recusar os serviços ou equipamentos, no todo ou em parte, sempre que não atenderem ao estipulado no contrato ou aos padrões técnicos exigidos pelos fabricantes e pelas normas técnicas pertinentes, sem prejuízo das possibilidades de multa e rescisão contratual.

r) A CONTRATADA deverá assumir inteira responsabilidade por danos e prejuízos que causar à Câmara Municipal de São José ou a terceiros, por descumprimento, omissões ou desvios na qualidade técnica dos serviços prestados.

s) A CONTRATADA deverá credenciar preposto para representá-la junto à Câmara Municipal de São José, com a incumbência de resolver todos os assuntos relativos à execução do contrato, sem que isso implique em ônus adicionais à Câmara.

t) A CONTRATADA será responsável, perante a Câmara Municipal de São José, pela qualidade total dos serviços com relação à observância de normas técnicas e de códigos profissionais.

u) A produção do objeto contratado não poderá ser interrompida ou acumulada, em nenhuma hipótese, sob alegações de ordem técnica ou de organização empresarial.

v) Fica assegurado à Câmara Municipal de São José e a seus técnicos o direito de acompanhar e fiscalizar, total ou parcialmente, diretamente, ou através de terceiros, os serviços prestados pela CONTRATADA, com livre acesso aos locais de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários, devendo a CONTRATADA fornecer à Câmara relatórios, informações e quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários, quando assim lhe for solicitado.

w) A ação fiscalizadora da Câmara Municipal de São José não fará cessar nem diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas na licitação, nem por quaisquer danos causados, inclusive a terceiros, ou por irregularidades constatadas.

x) A Câmara Municipal de São José poderá utilizar, na sua conveniência e eventualmente, na apresentação de programas da TV Câmara de São José, servidores de seu quadro de pessoal, sem prejuízo da obrigação de a CONTRATADA manter seus profissionais à disposição para serem também utilizados;

y) Os salários deverão ter como piso o resultado do acordo em convenção coletiva de trabalho. A data base das categorias prevista em Convenção Coletiva de Trabalho deve ser observada para concessão dos reajustes.

DOS EQUIPAMENTOS PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

1- Na execução dos serviços que são objeto deste contrato, obrigatoriamente a CONTRATADA deverá dispor de, no mínimo, os equipamentos listados neste Termo de Referência, e nas quantidades relacionadas.



2- Todos os equipamentos e materiais exigidos deverão ficar permanentemente e exclusivamente à disposição da TV Câmara de São José.

3- É de responsabilidade da CONTRATADA providenciar a montagem de todos os equipamentos que sejam de sua propriedade, bem com aqueles cedidos pela CONTRATANTE para implantação da solução, como televisores e suportes.

4- É de responsabilidade da CONTRATADA providenciar todo o cabeamento de áudio e vídeo necessários a operacionalidade dos equipamentos nos ambientes da Câmara Municipal de São José, inclusive estúdio, e em externas, incluindo adaptadores, distribuidores, conversores, medusas e conectores durante a vigência do contrato.

5- É de responsabilidade da CONTRATANTE fornecer os mobiliários necessários à execução deste contrato, incluindo daqueles que serão utilizados pela equipe técnica, como mesas, armários e cadeiras, bem como realizar as devidas manutenções.

6- Eventuais indicações de marcas nas especificações dos itens deste Termo de Referência servem unicamente de parâmetro, podendo haver a substituição por equipamentos equivalentes ou superiores em todas as suas características.

7- Todos os equipamentos citados neste Termo de Referência deverão ser disponibilizados para a Câmara Municipal de São José durante as 24 horas do dia, tendo como base de armazenamento a Câmara.

8- A CONTRATADA deverá fornecer todo o equipamento de proteção individual e coletiva que se fizer necessário à execução dos serviços contratados.

9- Caberá à Câmara Municipal de São José disponibilizar à CONTRATADA, para a execução do contrato, espaço para instalação de 1 (um) estúdio e de 1 (uma) sala de operação (máster), dentro dos limites de espaço físico da sede da Câmara.

10- A CONTRATADA, para a execução do contrato, deverá montar estúdio dentro das dependências oferecidas pela Câmara, observando características e equipamentos previstos neste Termo de Referência, a qual será paga uma única vez. Os projetos dos cenários do estúdio interno (mínimo de 3) deverão contemplar planos distintos, devendo ser aprovados previamente pela Coordenação de Comunicação Social;

11- Durante a vigência do contrato a CONTRATADA será responsável pela manutenção dos equipamentos, inclusive pela substituição, quando necessária, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas. A Contratada deverá prestar os serviços de manutenção preventiva e corretiva, independentemente de ser ou não a fabricante, bem como substituir todas as peças e todos os componentes que apresentem quebras ou desgastes pelo uso, defeitos de fabricação ou divergências com as especificações técnicas, conforme o disposto no Termo de Referência.

12- A manutenção preventiva será realizada em todos os equipamentos do objeto, consistirá em procedimentos destinados a prevenir a ocorrência de defeitos dos equipamentos e demais componentes, conservando-os em perfeito estado de funcionamento.

13- A manutenção corretiva consiste em procedimentos destinados a recolocar os equipamentos e demais componentes em seu perfeito estado de funcionamento, compreendendo,



inclusive, substituições de peças.

14- A manutenção corretiva será realizada durante a vigência do Contrato, a qualquer tempo, imediatamente após a constatação, sem ônus adicionais para a Câmara devendo relatar tal fato ao fiscal do contrato, inclusive quando da impossibilidade de substituição por equipamento de marca e modelo iguais ao originalmente fornecido, poderá, a critério da Câmara, ser admitida a substituição por outro, cujas características técnicas sejam as mesmas ou superiores às do equipamento substituído.

DA INTERLIGAÇÃO DE SINAL:

1- Caso a CONTRATADA opte pela interligação do sinal *full hd* da TV Câmara de São José para os destinos citados no Termo de Referência através de "*optical fiber*" exige-se que esta tenha a velocidade mínima **constante** de 35Mbps. A escolha do provedor e manutenção deste serviço é de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA.

2- Caso a CONTRATADA opte pela interligação do sinal *full hd* da TV Câmara de São José os destinos citados no Termo de Referência através de "*link* digital de micro-ondas", cabe a esta a instalação da toda estrutura necessária para a entrega do serviço, devendo ser observadas as particularidades da estrutura física do prédio sede da Câmara Municipal de São José, responsabilizando-se por qualquer dano ou avaria causado à CONTRATANTE ou a terceiros.

7.2 Da contratante

Obriga-se a Administração/Contratante:

- a) comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- b) efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada no instrumento contratual;
- c) promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- d) rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- e) observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g) prestar à Contratada informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- h) demais condições constantes do edital de licitação.

8. DO CONTRATO

8.1. INSTRUMENTO CONTRATUAL

(x) Contrato



8.2. VIGÊNCIA

(x) O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura de contrato, prorrogável na forma do artigo 106 da Lei nº 14.133/2021.

8.3. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

Gestor:

Nome: Daniela da Silva Fraga
Cargo: Diretora de Administração
Matrícula: 1511
E-mail: administracao@cmsj.sc.gov.br

Fiscal:

Nome: Henrique Santos Silva
Cargo: Jornalista
Matrícula: 1195
E-mail: comunicacao@cmsj.sc.gov.br

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1 Prazos

Prazo de troca de bens rejeitados quando da entrega: 10 dias

Prazo de recebimento provisório do objeto: 45 dias

Prazo de recebimento definitivo do objeto: 50 dias

Prazo de pagamento: até 30 dias do recebimento a nota fiscal de prestação de serviço

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas correrão a conta da dotação:

Órgão/Unidade Orçamentária	Projeto/Atividade	Elemento da Despesa
0101	2.001	3.3.90.37.01.00.00.00
0101	2.001	3.3.90.39.12.00.00.00
0101	2.001	3.3.90.39.25.00.00.00

11. DO VALOR ESTIMADO

O valor máximo estimado será de R\$ 1.057.160,32 (um milhão e cinquenta e sete mil cento e sessenta reais e trinta e dois centavos)

12. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

13. INDICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO AUXÍLIO EM EVENTUAIS IMPUGNAÇÕES E/OU ESCLARECIMENTOS

Nome: Ana Letícia Sousa de Oliveira
E-mail: pregao@cmsj.sc.gov.br
Telefone institucional: 48-3029 1379

MÁRCIA APARECIDA DE LIMA
Diretoria Geral

HENRIQUE SANTOS DA SILVA
Jornalista



**ANEXO II
MODELO DA PROPOSTA COMERCIAL**

- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2023

- **OBJETO:** Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de criação, captação, produção, edição e finalização de programas a serem veiculados em canal aberto da TV Câmara de São José, com locação de equipamentos e fornecimento de profissionais necessários para a produção audiovisual de toda a grade de programação, conforme especificações constantes do Termo de Referência (Anexo I) e demais anexos do Edital.

- LICITANTE:

- Denominação Social:
- Endereço (Rua, número, bairro, cidade, estado e CEP):
- CNPJ:
- Telefone:

- DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL PARA ASSINATURA DO CONTRATO:

- Nome:
- Endereço (Rua, número, bairro, cidade, estado e CEP):
- CPF:
- RG:
- Estado civil:
- Naturalidade:
- Nacionalidade:
- Cargo/Função na empresa:
- Telefone:
- E-mail (preferencialmente, institucional):
- Dados bancários:

Apresenta esta licitante a proposta abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR UNITÁRIO MENSAL	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
1	Equipamentos				
1.1	Câmeras de vídeo no formato FULL HD 3CMOS com gravação em cartão SDHC 1080i, com baterias, carregador, kit de iluminação, cabos e todos os acessórios necessários para a gravação das sessões no Plenário e outras atividades em qualquer ambiente da Câmara Municipal de São José, além do uso para a gravação de externas de produção e jornalismo, sendo que cada câmera deverá estar acompanhada de 2 (dois) cartões de 16Gb e 01(um) leitor de cartão compatível para ficar nas ilhas de edição. Marca/Modelo:	3			
1.2	Câmera robótica com tecnologia digital FULL HD com sensor 3CMOS e controle remoto compatível para serem	4			



	operadas a partir da mesa de corte. Deve acompanhar suporte de teto e demais itens de fixação. Marca/Modelo:				
1.3	Tripés para câmeras, em alumínio ou material superior, com altura máxima de 180cm e mínima de 85cm aproximadamente, capacidade de carga de pelo menos 5kg e diâmetro aproximado de 100cm. Marca/Modelo:	2			
1.4	Tripés para câmeras, em alumínio ou material superior, sendo acoplados a dolly com altura máxima de 180cm e mínima de 85cm aproximadamente, capacidade de carga de pelo menos 5kg e diâmetro aproximado de 100cm. Dolly em alumínio, com capacidade de carga de 30kg aproximadamente. Marca/Modelo:	2			
1.5	Intercomunicadores profissionais de no mínimo 02 canais, (operador da mesa de corte, cinegrafista e cabine de áudio do Plenário), possuir conector de linha XLR-6 e conector de fone de ouvido XLR-4M. Marca/Modelo:	3			
1.6	KIT Microfone e Lapela Sem Fio compatível com mesa de áudio e com câmeras profissionais. Ser do tipo duplo, que aceite microfone de mão e lapela, pelo menos um de cada vez para uso em reportagens externas e de estúdio. Microfone com forma de transmissão sem fio, UHF analógico, possuir número de canais de Resposta de Frequência maior que 1500. Microfone de lapela incluso com sensibilidade de até 1 kHz, possuir condensador de eletreto e padrão polar Omnidirecional. Marca/Modelo:	1			
1.7	Microfone Lapela Com Fio para uso em gravações internas e externas, deve conter cápsula de condensador de eletreto, padrão polar omnidirecional com conexão XLR de 03 (três) pinos, resposta de frequência de 20 a 20.000 Hz. Ter sensibilidade em campo livre, sem carga (1kHz) 5 mV/Pa +- 3 dB. Marca/Modelo:	4			
1.8	Mesa de corte de vídeo digital que suporte a transmissão em FULL HD ou superior. Com capacidade para gerenciar as câmeras robóticas e promover a geração de caracteres e efeito <i>Chroma Key</i> . Possuir no mínimo 8 (oito) entradas e 8 (oito) saídas de vídeo e ter no mínimo 02 (duas) entradas de vídeo, todos compatíveis com o cabeamento utilizado. A mesa deve permitir integração com software de transmissão e possuir <i>Software Control Panel</i> compatível com o sistema operacional e incluir Switcher Utility. Marca/Modelo:	1			
1.9	Deck de gravação automática com entrada para no mínimo 02 (dois) cartões SD 32GB que receba no mínimo imagens no padrão FULL HD e possua no mínimo 1 entrada 6G-SDI, 2 saídas 6G-SDI, 1 saída HDMI.	2			



	Marca/Modelo:				
1.10	Computador completo, com monitor em Full HD, mouse e teclado que seja específico para realização de <i>streaming</i> em alta performance e que seja compatível com a mesa de corte e a mesa de som para a realização das transmissões. Com processador do tipo Intel i7 ou similar, com memória mínima de 32GB e placa de vídeo dedicada com memória interna de 10GB pelo menos. A máquina deve ter capacidade para receber os sinais da mesa de corte, via SDI ou HDMI e transmiti-los ao <i>Facebook</i> e ao <i>Youtube</i> , utilizando softwares compatíveis com a mesa de corte.	1			
1.11	Luminária de LED de no mínimo 54w de potência, com tripé para captação em externa ou estúdio. Temperatura de cor 3200k / 5600K. Marca/Modelo:	2			
1.12	Microfone dinâmico profissional com canopla (espuma personalizada), do tipo dinâmico, padrão polar cardioide, resposta de frequência de 50Hz a 20 KHz, impedância de 150 ohms aproximadamente, diretividade <i>Omnidirecional</i> , possuir conector do tipo XLR-3. Marca/Modelo:	2			
1.13	Mesa de áudio de, no mínimo, 08 canais para a interligação do estúdio e plenário com os demais equipamentos. Deve possuir entradas balanceadas, controle de ganho por canal, com entradas XLR e P10. Marca/Modelo:	1			
1.14	Computador completo, com mouse e teclado, capaz de rodar o exibidor da programação diária. Deve possuir placa de vídeo com 1 saída em SDI HD-SDI e possuir pelo menos 1 entrada SDI/HD ou contar com placas que permitam a entrada e saída dos sinais. A máquina deve ter alta capacidade de processamento e rodar o software necessário para manter o PGM no ar com os devidos programas em série e nos horários corretos. É necessário ter no mínimo um processador de alta performance do tipo Intel i7 ou semelhante com 32Mb memória RAM placa de vídeo gráfica especial para edição de vídeo, placa de rede Giga para interligar no sistema com exibidor de programação e outros sistemas.	1			
1.15	Aparelho para isolamento de áudio para interligação da mesa de áudio do plenário com o <i>switcher</i> , deve possuir 02 entradas e 02 saídas de áudio no mínimo com conectores XLR, isolar eletricamente as entradas e as saídas, protegendo os equipamentos de áudio da circulação de corrente elétrica não desejada entre eles. Marca/Modelo:	1			
1.16	Aparelho para isolamento de vídeo (hum-eliminator) para o sinal de vídeo entregue pelo sistema de votação no plenário. Deve possuir no mínimo 03 (três) sinais de entrada; conectores de entrada e saída BNC tipo baioneta	1			



	75 ohms; ser apropriado para sinais 3G-SDI, HD-SDI, SD-SDI e vídeo analógico composto; largura de banda: 3 GHz. Marca/Modelo:				
1.17	Amplificador de potência de pelo menos 300w RMS, padrão rack. Marca/Modelo:	1			
1.18	Caixa de som ativa de pelo menos 100w, processada com 2 vias, com alto-falante de pelo menos 8" e 1 <i>Driver</i> , possuir entrada de <i>Mic</i> e <i>Line</i> com controles de volume independentes e balanceadas. Deve acompanhar suporte e demais itens de fixação. Marca/Modelo:	3			
1.19	Caixa de som passiva de 100w, Modelo para colocação em parede com 02 vias e alto-falante de 8" ou 6", deve acompanhar suporte e demais itens de fixação. Marca/Modelo:	3			
1.20	<i>Teleprompter</i> com monitor e espelho refletivo de pelo menos 19", possuir base estabilizadora e ajuste de câmeras, deve acompanhar cabo HDMI de 10m pelo menos, <i>software</i> de exibição de textos for <i>windows</i> e controle remoto tipo apresentador. Marca/Modelo:	1			
1.21	Fresnel LED com potência mínima 200w e zoom manual ajustável de 25° a 55° aproximadamente, temperatura de cor 3200k / 5600k, com sistema de resfriamento e sem barulho. Marca/Modelo:	3			
1.22	Computador completo, com <i>mouse</i> , teclado e dois monitores entre 19 e 24" para funcionar para edição não linear. Possuir no mínimo processador do tipo Intel i7 ou superior, memória RAM de 32 MB ou superior, placa de vídeo dedicada, placa de rede gigabit e HDs com capacidade para armazenar no mínimo 40 horas de material em HD. Equipamento dotado de todos os <i>softwares</i> de edição necessários para o bom andamento dos serviços. O equipamento deve possuir monitor de áudio profissional para garantir alta qualidade de áudio nas edições de vídeo. O monitor deve ser estéreo com 2 caixas acústicas e no mínimo alto falantes de 4" com <i>twitter</i> e controle de volume e graves e agudos manual, entrada de áudio RCA e potência mínima de 64w RMS	1			
1.23	HUB-Giga Byte de no mínimo 08 entradas, 10/100/1000. Marca/Modelo:	1			
1.24	<i>No-Break</i> de no mínimo 3,5Kva com autonomia mínima para ligar todo Master/Produção. Marca/Modelo:	1			
1.25	<i>No-Break</i> de no mínimo 1Kva com autonomia mínima para ilha de edição. Marca/Modelo:	1			
1.26	Conversor de formato de sinais FULL HD/SD/HD (<i>Up/Down Cross Converter</i>) para mistura de vídeos com formatos diferentes; ter entradas e saídas de áudio e vídeo	1			



	compatíveis com os equipamentos. Marca/Modelo:				
1.27	Comutador de vídeo (botoneira) de no mínimo 4 entradas e 1 saída para selecionar o sinal a ser enviado para as Tv's a cabo (Plenário/ Estúdio /Exibidor /Mesa corte), deve suportar no mínimo os padrões SMPTE 259M, SMPTE 292L e SMPTE 424M e ser compatível com os equipamentos. Marca/Modelo:	1			
1.28	Equalizador processador de áudio deve possuir pelo menos 1 entrada SDI e 1 saída SDI para TV digital. Saída AES e analógica RCA de áudio para monitoramento, pelo menos 6 bandas de processamento, Plataforma em DSP e AGC Quadruplo. Marca/Modelo:	1			
1.29	Mesas, cadeiras e armários para acomodar a equipe técnica na sala de produção (máster) e que atendam padrões de ergonomia e painel para fixação dos monitores	1			
1.30	Exibidor da programação da TV da Câmara de São José com capacidade de armazenamento de, no mínimo, 100 (cem) horas de áudio e vídeo, com entradas e saídas de vídeo HD SDI, áudio "embedded", "Play list" de exibição dos eventos, com possibilidade de gravação em HD SDI ou através de arquivo de dados "REDE". Modelo de referência: Floripa tecnologia Spot Camp Spotware	1			
1.31	Rack metálico 19", com pelo menos 36u, que acomode os equipamentos para ilha de edição, ilha de exibição, <i>switch master</i> e <i>switch</i> de produção. Marca/Modelo:	1			
1.32	Cabeamento de áudio e vídeo necessários a operacionalidade dos equipamentos nos ambientes da Câmara Municipal de São José, inclusive estúdio, e em externas, incluindo adaptadores, distribuidores, conversores, medusas e conectores durante a vigência do contrato	1			
1.33	<i>Storage</i> de no mínimo 10 TB integrado em CPU com Processador AMD R-Series RX-421ND de quatro núcleos e 2,1 GHz (Turbo Core a 3,4 GHz) ou similar	1			
1.34	Mesa de áudio digital com no mínimo 32 entradas em XLR. Marca/Modelo:	1			
1.35	Estação de trabalho para repórteres contendo mesa de no mínimo 1m, cadeira de escritório e computador padrão com mouse, teclado e monitor, com configuração básica para produção de texto.	2			
1.36	Link de Internet com no mínimo 300Mb de banda <i>Upload</i> para <i>Streaming</i> entregue na Central Master da Tv Câmara de São José.	1			
2	Postos de trabalho				
2.1	Diretor de imagens (CBO 3744-25) disponível durante 120 (cento e vinte) horas mensais ou 06 (seis) horas diárias conforme convenção do sindicato da categoria.	1			
2.2	Operador de edição disponível durante 120 (cento e	2			



	vinte) horas mensais ou 06 (seis) horas diárias conforme convenção do sindicato da categoria				
2.3	Operador de câmera (CBO 3721-15) disponível durante 120 (cento e vinte) horas mensais ou 06 (seis) horas diárias conforme convenção do sindicato da categoria.	1			
2.4	Repórter (CBO 2611-35) disponível durante 100 (cem) horas mensais ou 05 (cinco) horas diárias de segunda à sexta feira conforme sindicato da categoria	1			
2.5	Operador de áudio disponível durante 120 (cento e vinte) horas mensais ou 6 horas diárias de segunda a sexta-feira conforme convenção do sindicato	1			
2.6	Chefe de Reportagem (CBO 2611-15) disponível durante 140 (cento e quarenta) horas mensais ou 07 (sete) horas diárias de segunda à sexta feira, podendo, entre suas atribuições, também apresentar programas e realizar reportagens diárias	1			
3	Montagem de Estúdio				
3.1	Montagem de estrutura em espaço disponibilizado pela Câmara Municipal de São José em sua sede. O estúdio tem aproximadamente 15m ² e deverá ser instalado isolamento acústico nas portas, paredes e teto, com material de aplicação profissional e com tratamento antichama. Aplicação de piso vinílico emborrachado em toda área de chão da sala. Deverão ser afixados, por meio de suporte de teto, 05 painéis de luz 400w LED. Deverá ser disponibilizada uma bancada para apresentador feita em madeira com iluminação em fita de LED, 03 poltronas giratória, 03 tapadeiras medindo 2.7m altura por 2.4m largura. (este item não constitui despesa mensal, sendo pago apenas um vez)	1			
4	Interligação/entrega de sinal				
4.1	Interligação/entrega de sinal de áudio e Vídeo Full HD da TV Câmara de Vereadores de São José, através de "Optical Fiber" ou "Link digital de micro-ondas" até os seguintes pontos: Entregar o sinal Full HD da Tv Câmara de São José dentro do Master da operadora de TV a cabo de São José (NET)	1			

Valor total do grupo R\$

- VALOR TOTAL GLOBAL (Por extenso):
- PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:
- PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO:

Para os postos de trabalho, faz-se necessário extrair os valores após o preenchimento da PLANILHA INDIVIDUAL DE PREÇOS que deve acompanhar a proposta comercial.

MODELO DE PLANILHA INDIVIDUAL DE PREÇOS (POR TIPO DE POSTO) OBRIGATÓRIO PARA PROPOSTA COMERCIAL ([clique aqui para baixar a planilha](#))



I. A Proposta Comercial deverá conter, obrigatoriamente, a planilha de preços conforme modelo apresentado aqui. A empresa deverá utilizar o modelo (disponibilizado em planilha do Excel) para apresentar os custos de cada posto de trabalho, individualmente, em valores mensais.

II. A planilha de preços serve como referência para a composição dos custos e valor total do posto para a CONTRATANTE. Não haverá desclassificação de propostas comerciais com erros de preenchimento ou desatendimento de percentuais ou valores legais ou fixados em convenção coletiva de trabalho. Caberá à contratada, posteriormente, caso seja vencedora do certame, apresentar proposta corrigida, sem alterar o valor final do posto para a CONTRATANTE.

III. O Quadro I retrata individualmente todos os componentes para a identificação de cada Posto de Trabalho, tais como nome do Posto, Sindicato de referência salarial, Montante A (Salários e Encargos), Montante B (Insumos, Lucro e Outras Despesas Administrativas), Montante C (Vale Refeição e Vale Alimentação), e Tributos, sendo:

MONTANTE A

- a) Identificação do Posto de Trabalho/Nome
- b) Identificação do Sindicato da Categoria
- c) Item 1 – Piso indicado na CCT
- d) Itens 2 a 5 – Relacionar os valores e percentuais das vantagens legais ou estabelecidas na CCT incidente sobre o piso ou soma de vantagens (Insalubridade, Periculosidade, etc);
- e) Item 7 – Identificar o valor e percentual corresponde a Reserva Técnica.
- f) Item 8 – Total da Mão de Obra
- g) Itens 9 a 35 – Identificar os percentuais e valores relativos aos Encargos Sociais.
- h) Item 36 – Totaliza o Montante A, Salários e Encargos.

MONTANTE B

- i) Itens 37 a 48 – Registrar os valores e percentuais correspondentes aos custos com Insumos e demais componentes agregados ao valor dos postos.

MONTANTE C

- j) Itens 50 e 51 – Relacionar e computar os valores relativos ao Vale Alimentação e Vale Refeição, segundo estabelecidos em CCT.

TRIBUTOS

- k) Itens 53 a 59 – Relacionar os valores e percentuais correspondentes.

CUSTO TOTAL INDIVIDUALIZADO POR POSTO DE TRABALHO

- l) Soma dos Montantes A + B + C + TRIBUTOS



Modelo de Planilha Individual de Preços

A Licitante deverá utilizar o modelo (disponibilizado em planilha do Excel para preenchimento pela licitante) para apresentar os custos de cada posto de trabalho, individualmente, em valores mensais.

Exemplo:

Quadro I - Custo do Posto de Trabalho (Montantes A-B-C e Tributos)			
Montante A			
Nome do Posto:	OPERADOR DE CÂMERA		
Sindicato:			
Jornada/carga horária:	Posto 6h		
Salários e encargos	%	R\$	
1	Piso da categoria segundo CCT		
2	Insalubridade CCT		
3	Periculosidade CCT		
4	Assiduidade CCT		
5	Outros (especificar)		
6	SOMA (1+2+3+4+5)		
7	Reserva Técnica		
8	Total Mão-de-obra (6+7)		
Encargos Sociais	%	R\$	
9	INSS		
10	SESI/SESC equivalente		
11	SENAI/SENAC		
12	INCRA		
13	Salário Educação		
14	FGTS		
15	Seguro Acidente Trabalho/SAT/INSS		
16	SEBRAE		
17	Outros (especificar)		
18	SOMA (9 a 17)		
19	Férias		
20	Auxílio Doença		
21	Licença maternidade/paternidade		
22	Falta legal		
23	Acidente de Trabalho		
24	Aviso prévio		
25	13º Salário		
26	Outros (especificar)		
27	SOMA (19 a 26)		
28	Aviso prévio indenizado		
29	Indenização adicional		
30	Indeniz rescisão SJC - multa 40% FGTS		
31	Indeniz rescisão SJC - contrib 10% FGTS		
32	Outros (especificar)		
33	SOMA (28 a 32)		
34	Incidência encargos sobre SOMA 18		
35	Total encargos sociais (18+27+33+34)		
36	TOTAL MONTANTE A (8+35)		
Montante B			
Insumos	%	R\$	
37	Uniformes		
38	Mat e equipos de trabalho		
39	Treinamento aprimoramento de pessoal		
40	Transportes		
41	Equipamentos de segurança		
42	Seguro de vida (grupo)		
43	Outros (especificar)		
44	SOMA (37 a 43)		
Outros componentes	%	R\$	
45	Despesas Administrativas		
46	Parcela do Lucro		
47	Outros (especificar)		
48	SOMA (45+46+47)		
49	TOTAL MONTANTE B (44+48)		
Montante C			
Vale alimentação/refeição	%	R\$	
50	Vale alimentação CCT		
51	Vale refeição (qdo estabelecido CCT)		
52	TOTAL MONTANTE C (50+51)		
Tributos		%	R\$
53	ISS sobre faturamento		
54	IRPJ sobre lucro		
55	COFINS sobre faturamento		
56	PIS sobre faturamento		
57	CSLL sobre lucro		
58	Outros (relacionar)		
59	TOTAL TRIBUTOS (SOMA 53 a 58)		
60	TOTAL DO POSTO (36+49+52+59)		



**CÂMARA MUNICIPAL
DE SÃO JOSÉ**

LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES

Praça Arnaldo de Souza, 38
Centro | São José | SC | 88103-005
3029.1380
licitacoes@cmsj.sc.gov.br

Declaro que tenho ciência e concordo com todas as condições e especificações estabelecidas no Edital e em seus anexos.

....., de de

**NOME, CPF E ASSINATURA DO
REPRESENTANTE LEGAL**



**ANEXO III
MODELO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Atestamos, para os devidos fins, que a empresa **[nome da empresa fornecedora dos serviços, em negrito]**, inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida na Rua _____, nº _____, bairro _____, na cidade de _____, Estado de _____, forneceu produtos à **[nome da empresa contratante, em negrito]**, CNPJ nº _____, estabelecida na Rua _____, nº _____, bairro _____, na cidade de _____, Estado de _____, detém qualificação técnica para **[descrever o objeto]**.

Registramos que a empresa prestou serviços/entregou produtos **[descrição dos serviços prestados, especificando o prazo de entrega, o valor do contrato e o número da Nota Fiscal]**.

Informamos ainda que as prestações dos serviços/entrega dos materiais acima referidos apresentaram bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

..... de de

NOME, CPF E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL
(carimbo da empresa)



**ANEXO IV
TERMO DE VISTORIA OU RENÚNCIA**

Declaramos, que a empresa _____, inscrita a no CNPJ sob o nº _____, sediada na _____, representada pelo Sr (a). _____, portador da Carteira de Identidade nº _____/SSP - _____, vistoriou as dependências da Câmara Municipal de São José, onde serão executados os serviços, constatou as condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem contratados e recebeu as informações pertinentes, estando de acordo com as disposições do Edital. Ou optamos pela não realização de vistoria assumindo inteiramente a responsabilidade ou consequências por essa omissão, mantendo as garantias que vincularem nossa proposta ao presente processo licitatório, em nome desta empresa.

São José _____ de _____ de 2023.

No caso de vistoria realizada ou renunciada, a licitante deverá apresentar juntamente com a Proposta Comercial o Termo de Vistoria ou Renúncia (ANEXO IV). A ausência deste documento não desclassifica a licitante, podendo ser preenchido durante a sessão.

Este anexo deve ser assinado pelo representante legal da empresa ou por seus sócios. Não é necessário reconhecer firma.

Servidor que acompanhou: _____



**ANEXO V
MINUTA DO CONTRATO**

PROCESSO Nº 167/2023

PREGÃO ELETRÔNICO nº 025/2023

CONTRATO Nº /2023.

Contrato de prestação de serviços de criação, captação, produção, edição e finalização de programas a serem veiculados em canal aberto da TV Câmara de São José, com locação de equipamentos e fornecimento de profissionais necessários para a produção audiovisual de toda a grade de programação, conforme conforme condições, quantidades e exigências descritas no termo de referência, que celebram entre si a **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC** e a empresa XXXXXXXXXXXXXXXX mediante as cláusulas e condições seguintes:

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, com sede na Praça Arnaldo de Souza, nº 38, Centro, São José/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.708.248/0001-39, neste ato representada por seu Presidente, Sr. **Matson Luis Cé**.

CONTRATADA:, com sede
....., n.º,
....., SC, CEP, inscrita no
CNPJ/MF sob n.º, neste ato representada por
.....

Este contrato, regido pela Lei Federal nº 14.133/2021 e demais regulamentos aplicáveis, origina-se do processo licitatório modalidade Pregão Eletrônico nº 025/2023 e Processo Administrativo nº 167/2023, parte integrante deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõem.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de criação, captação, produção, edição e finalização de programas a serem veiculados em canal aberto da TV Câmara de São José, com locação de equipamentos e fornecimento de profissionais necessários para a produção audiovisual de toda a grade de programação, conforme especificações constantes do Termo de Referência (Anexo II) e demais anexos do Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1. O crédito necessário ao atendimento das despesas da presente licitação correrá à conta do Orçamento para o exercício de 2023:

Unidade	Projeto/Atividade	Elemento de Despesa
01.001	2.001	3.3.90.37.01.00.00.00
01.001	2.001	3.3.90.39.12.00.00.00
01.001	2.001	3.3.90.39.25.00.00.00



2.2. Para fins deste contrato consideram-se os valores constantes na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
1	Equipamentos				
1.1	Câmeras de vídeo no formato FULL HD 3CMOS com gravação em cartão SDHC 1080i, com baterias, carregador, kit de iluminação, cabos e todos os acessórios necessários para a gravação das sessões no Plenário e outras atividades em qualquer ambiente da Câmara Municipal de São José, além do uso para a gravação de externas de produção e jornalismo, sendo que cada câmera deverá estar acompanhada de 2 (dois) cartões de 16Gb e 01(um) leitor de cartão compatível para ficar nas ilhas de edição. Marca/Modelo:	3			
1.2	Câmera robótica com tecnologia digital FULL HD com sensor 3CMOS e controle remoto compatível para serem operadas a partir da mesa de corte. Deve acompanhar suporte de teto e demais itens de fixação. Marca/Modelo:	4			
1.3	Tripés para câmeras, em alumínio ou material superior, com altura máxima de 180cm e mínima de 85cm aproximadamente, capacidade de carga de pelo menos 5kg e diâmetro aproximado de 100cm. Marca/Modelo:	2			
1.4	Tripés para câmeras, em alumínio ou material superior, sendo acoplados a dolly com altura máxima de 180cm e mínima de 85cm aproximadamente, capacidade de carga de pelo menos 5kg e diâmetro aproximado de 100cm. Dolly em alumínio, com capacidade de carga de 30kg aproximadamente. Marca/Modelo:	2			
1.5	Intercomunicadores profissionais de no mínimo 02 canais, (operador da mesa de corte, cinegrafista e cabine de áudio do Plenário), possuir conector de linha XLR-6 e conector de fone de ouvido XLR-4M. Marca/Modelo:	3			
1.6	KIT Microfone e Lapela Sem Fio compatível com mesa de áudio e com câmeras profissionais. Ser do tipo duplo, que aceite microfone de mão e lapela, pelo menos um de cada vez para uso em reportagens externas e de estúdio. Microfone com forma de transmissão sem fio, UHF analógico, possuir número de canais de Resposta de Frequência maior que 1500. Microfone de lapela incluso com sensibilidade de até 1 kHz, possuir condensador de eletreto e padrão polar Omnidirecional. Marca/Modelo:	1			
1.7	Microfone Lapela Com Fio para uso em gravações	4			



	internas e externas, deve conter cápsula de condensador de eletreto, padrão polar omnidirecional com conexão XLR de 03 (três) pinos, resposta de frequência de 20 a 20.000 Hz. Ter sensibilidade em campo livre, sem carga (1kHz) 5 mV/Pa +- 3 dB. Marca/Modelo:				
1.8	Mesa de corte de vídeo digital que suporte a transmissão em FULL HD ou superior. Com capacidade para gerenciar as câmeras robóticas e promover a geração de caracteres e efeito <i>Chroma Key</i> . Possuir no mínimo 8 (oito) entradas e 8 (oito) saídas de vídeo e ter no mínimo 02 (duas) entradas de vídeo, todos compatíveis com o cabeamento utilizado. A mesa deve permitir integração com software de transmissão e possuir <i>Software Control Panel</i> compatível com o sistema operacional e incluir Switcher Utility. Marca/Modelo:	1			
1.9	Deck de gravação automática com entrada para no mínimo 02 (dois) cartões SD 32GB que receba no mínimo imagens no padrão FULL HD e possua no mínimo 1 entrada 6G-SDI, 2 saídas 6G-SDI, 1 saída HDMI. Marca/Modelo:	2			
1.10	Computador completo, com monitor em Full HD, mouse e teclado que seja específico para realização de <i>streaming</i> em alta performance e que seja compatível com a mesa de corte e a mesa de som para a realização das transmissões. Com processador do tipo Intel i7 ou similar, com memória mínima de 32GB e placa de vídeo dedicada com memória interna de 10GB pelo menos. A máquina deve ter capacidade para receber os sinais da mesa de corte, via SDI ou HDMI e transmiti-los ao <i>Facebook</i> e ao <i>Youtube</i> , utilizando softwares compatíveis com a mesa de corte.	1			
1.11	Luminária de LED de no mínimo 54w de potência, com tripé para captação em externa ou estúdio. Temperatura de cor 3200k / 5600K. Marca/Modelo:	2			
1.12	Microfone dinâmico profissional com canopla (espuma personalizada), do tipo dinâmico, padrão polar cardioide, resposta de frequência de 50Hz a 20 KHz, impedância de 150 ohms aproximadamente, diretividade <i>Omnidirecional</i> , possuir conector do tipo XLR-3. Marca/Modelo:	2			
1.13	Mesa de áudio de, no mínimo, 08 canais para a interligação do estúdio e plenário com os demais equipamentos. Deve possuir entradas balanceadas, controle de ganho por canal, com entradas XLR e P10. Marca/Modelo:	1			
1.14	Computador completo, com mouse e teclado, capaz de rodar o exibidor da programação diária. Deve possuir placa de vídeo com 1 saída em SDI HD-SDI e possuir pelo menos 1 entrada SDI/HD ou contar com placas que	1			



	permitam a entrada e saída dos sinais. A máquina deve ter alta capacidade de processamento e rodar o software necessário para manter o PGM no ar com os devidos programas em série e nos horários corretos. É necessário ter no mínimo um processador de alta performance do tipo Intel i7 ou semelhante com 32Mb memória RAM placa de vídeo gráfica especial para edição de vídeo, placa de rede Giga para interligar no sistema com exibidor de programação e outros sistemas.				
1.15	Aparelho para isolamento de áudio para interligação da mesa de áudio do plenário com o <i>switcher</i> , deve possuir 02 entradas e 02 saídas de áudio no mínimo com conectores XLR, isolar eletricamente as entradas e as saídas, protegendo os equipamentos de áudio da circulação de corrente elétrica não desejada entre eles. Marca/Modelo:	1			
1.16	Aparelho para isolamento de vídeo (hum-eliminator) para o sinal de vídeo entregue pelo sistema de votação no plenário. Deve possuir no mínimo 03 (três) sinais de entrada; conectores de entrada e saída BNC tipo baioneta 75 ohms; ser apropriado para sinais 3G-SDI, HD-SDI, SD-SDI e vídeo analógico composto; largura de banda: 3 GHz. Marca/Modelo:	1			
1.17	Amplificador de potência de pelo menos 300w RMS, padrão rack. Marca/Modelo:	1			
1.18	Caixa de som ativa de pelo menos 100w, processada com 2 vias, com alto-falante de pelo menos 8" e 1 <i>Driver</i> , possuir entrada de <i>Mic</i> e <i>Line</i> com controles de volume independentes e balanceadas. Deve acompanhar suporte e demais itens de fixação. Marca/Modelo:	3			
1.19	Caixa de som passiva de 100w, Modelo para colocação em parede com 02 vias e alto-falante de 8" ou 6", deve acompanhar suporte e demais itens de fixação. Marca/Modelo:	3			
1.20	<i>Teleprompter</i> com monitor e espelho refletivo de pelo menos 19", possuir base estabilizadora e ajuste de câmeras, deve acompanhar cabo HDMI de 10m pelo menos, <i>software</i> de exibição de textos for <i>windows</i> e controle remoto tipo apresentador. Marca/Modelo:	1			
1.21	Fresnel LED com potência mínima 200w e zoom manual ajustável de 25° a 55° aproximadamente, temperatura de cor 3200k / 5600k, com sistema de resfriamento e sem barulho. Marca/Modelo:	3			
1.22	Computador completo, com <i>mouse</i> , teclado e dois monitores entre 19 e 24" para funcionar para edição não linear. Possuir no mínimo processador do tipo Intel i7 ou superior, memória RAM de 32 MB ou superior, placa de	1			



	vídeo dedicada, placa de rede gigabit e HDs com capacidade para armazenar no mínimo 40 horas de material em HD. Equipamento dotado de todos os <i>softwares</i> de edição necessários para o bom andamento dos serviços. O equipamento deve possuir monitor de áudio profissional para garantir alta qualidade de áudio nas edições de vídeo. O monitor deve ser estéreo com 2 caixas acústicas e no mínimo alto falantes de 4" com <i>twitter</i> e controle de volume e graves e agudos manual, entrada de áudio RCA e potência mínima de 64w RMS				
1.23	HUB-Giga Byte de no mínimo 08 entradas, 10/100/1000. Marca/Modelo:	1			
1.24	<i>No-Break</i> de no mínimo 3,5Kva com autonomia mínima para ligar todo Master/Produção Marca/Modelo:	1			
1.25	<i>No-Break</i> de no mínimo 1Kva com autonomia mínima para ilha de edição. Marca/Modelo:	1			
1.26	Conversor de formato de sinais FULL HD/SD/HD (<i>Up/Down Cross Converter</i>) para mistura de vídeos com formatos diferentes; ter entradas e saídas de áudio e vídeo compatíveis com os equipamentos. Marca/Modelo:	1			
1.27	Comutador de vídeo (botoneira) de no mínimo 4 entradas e 1 saída para selecionar o sinal a ser enviado para as Tv's a cabo (Plenário/ Estúdio /Exibidor /Mesa corte), deve suportar no mínimo os padrões SMPTE 259M, SMPTE 292L e SMPTE 424M e ser compatível com os equipamentos. Marca/Modelo:	1			
1.28	Equalizador processador de áudio deve possuir pelo menos 1 entrada SDI e 1 saída SDI para TV digital. Saída AES e analógica RCA de áudio para monitoramento, pelo menos 6 bandas de processamento, Plataforma em DSP e AGC Quadruplo. Marca/Modelo:	1			
1.29	Mesas, cadeiras e armários para acomodar a equipe técnica na sala de produção (máster) e que atendam padrões de ergonomia e painel para fixação dos monitores	1			
1.30	Exibidor da programação da TV da Câmara de São José com capacidade de armazenamento de, no mínimo, 100 (cem) horas de áudio e vídeo, com entradas e saídas de vídeo HD SDI, áudio " <i>embedded</i> ", " <i>Play list</i> " de exibição dos eventos, com possibilidade de gravação em HD SDI ou através de arquivo de dados " <i>REDE</i> ". Modelo de referência: Floripa tecnologia Spot Camp Spotware	1			
1.31	Rack metálico 19", com pelo menos 36u, que acomode os equipamentos para ilha de edição, ilha de exibição, <i>switch master</i> e <i>switch</i> de produção. Marca/Modelo:	1			



1.32	Cabeamento de áudio e vídeo necessários a operacionalidade dos equipamentos nos ambientes da Câmara Municipal de São José, inclusive estúdio, e em externas, incluindo adaptadores, distribuidores, conversores, medusas e conectores durante a vigência do contrato	1			
1.33	Storage de no mínimo 10 TB integrado em CPU com Processador AMD R-Series RX-421ND de quatro núcleos e 2,1 GHz (Turbo Core a 3,4 GHz) ou similar	1			
1.34	Mesa de áudio digital com no mínimo 32 entradas em XLR. Marca/Modelo:	1			
1.35	Estação de trabalho para repórteres contendo mesa de no mínimo 1m, cadeira de escritório e computador padrão com mouse, teclado e monitor, com configuração básica para produção de texto.	2			
1.36	Link de Internet com no mínimo 300Mb de banda Upload para Streaming entregue na Central Master da Tv Câmara de São José.	1			
2	Postos de trabalho				
2.1	Diretor de imagens (CBO 3744-25) disponível durante 120 (cento e vinte) horas mensais ou 06 (seis) horas diárias conforme convenção do sindicato da categoria.	1			
2.2	Operador de edição disponível durante 120 (cento e vinte) horas mensais ou 06 (seis) horas diárias conforme convenção do sindicato da categoria	2			
2.3	Operador de câmera (CBO 3721-15) disponível durante 120 (cento e vinte) horas mensais ou 06 (seis) horas diárias conforme convenção do sindicato da categoria.	1			
2.4	Repórter (CBO 2611-35) disponível durante 100 (cem) horas mensais ou 05 (cinco) horas diárias de segunda à sexta feira conforme sindicato da categoria	1			
2.5	Operador de áudio disponível durante 120 (cento e vinte) horas mensais ou 6 horas diárias de segunda a sexta-feira conforme convenção do sindicato	1			
2.6	Chefe de Reportagem (CBO 2611-15) disponível durante 140 (cento e quarenta) horas mensais ou 07 (sete) horas diárias de segunda à sexta feira, podendo, entre suas atribuições, também apresentar programas e realizar reportagens diárias	1			
3	Montagem de Estúdio				
3.1	Montagem de estrutura em espaço disponibilizado pela Câmara Municipal de São José em sua sede. O estúdio tem aproximadamente 15m ² e deverá ser instalado isolamento acústico nas portas, paredes e teto, com material de aplicação profissional e com tratamento antichama. Aplicação de piso vinílico emborrachado em toda área de chão da sala. Deverão ser afixados, por meio de suporte de teto, 05 painéis de luz 400w LED. Deverá ser disponibilizada uma bancada para apresentador feita em madeira com iluminação em	1			



	fitas de LED, 03 poltronas giratória, 03 tapadeiras medindo 2.7m altura por 2.4m largura.				
4	Interligação/entrega de sinal				
4.1	Interligação/entrega de sinal de áudio e Vídeo Full HD da TV Câmara de Vereadores de São José, através de "Optical Fiber" ou "Link digital de micro-ondas" até os seguintes pontos: Entregar o sinal Full HD da Tv Câmara de São José dentro do Master da operadora de TV a cabo de São José (NET)	1			

VALOR TOTAL ANUAL: R\$

2.3. O valor mensal do presente contrato referente à locação dos equipamentos é de R\$ (.....).

2.4. O valor mensal do presente contrato referente à interligação do sinal é de R\$ (.....).

2.5. O valor mensal do presente contrato referente aos profissionais é de R\$ (.....).

2.6. O valor do presente contrato referente à montagem de estúdio, em parcela única, é de R\$ (.....).

2.7. Valor global do contrato é de R\$ (.....).

2.8. A CONTRATADA deverá identificar todos os seus equipamentos de sua propriedade, recolhendo-os ao término do contrato.

2.9. As quantidades de postos de trabalho constantes acima são estimativas, não se obrigando a Administração pela sua contratação total.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA CONDIÇÃO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. O trabalho a ser realizado, bem como toda a operação da TV Câmara em São José, será de responsabilidade da CONTRATADA, com a orientação e supervisão da Coordenação de Comunicação Social da Câmara Municipal de São José, o qual deverá constar de:

3.1.1. Criação, produção, edição e finalização de programas em **HDTV 1080i** em formato de debates, entrevistas, resumos, retrospectivas, reportagens especiais, documentários e outros formatos diversos, conforme definição a ser feita pela Câmara Municipal de São José de acordo com os seus objetivos editoriais e institucionais, sendo **no mínimo 6 horas de conteúdo semanal**, abordando sempre temas de interesse do Legislativo em seus mais diversos aspectos, observando-se as seguintes possibilidades:

a.1) Debates e entrevistas com parlamentares, lideranças comunitárias, autoridades e outros, a critério da Coordenação de Comunicação Social, onde serão discutidos temas e projetos de interesse da cidade;



- a.2) Programa de variedades, abrangendo as áreas socioeconômica, cultural, de entretenimento, comunitária, terceiro setor, produção de mensagens de campanhas institucionais de esclarecimento ou de utilidade pública e outras;
- a.3) Produção de entradas ao vivo ou pré-gravadas, momentos antes da realização de sessões solenes ou audiências públicas, divulgando informações acerca dos referidos eventos.

3.2. Produção, transmissão, retransmissão ou cobertura ao vivo de sessões legislativas, de licitações, audiências e reuniões públicas e de comissões (não incluídas nas 6 horas de conteúdo semanal), de acordo com as necessidades da Câmara Municipal de São José;

3.3. Criação, produção, edição e finalização das **vinhetas e comerciais em HDTV1080i** de abertura, passagem e encerramento de telejornais e programas, bem como para chamadas jornalísticas e para divulgação de eventos institucionais, todos com utilização vinculada à própria TV Câmara;

3.4. Criação, produção, edição e finalização de programas externos em **HDTV 1080i**, no limite geográfico do Município de São José/SC, nos formatos a serem estabelecidos pela Câmara Municipal de São José e com a disponibilização para este serviço de 1 (um) automóvel da CONTRATANTE;

3.5. Todos os eventos realizados em Plenário deverão ser transmitidos com logotipo da Câmara Municipal de São José e informações na tela, em tempo real. As informações detalhadas sobre os eventos, assim como a agenda, serão fornecidas previamente pela Coordenação de Comunicação Social;

3.6. Fornecimento de equipamentos necessários à tradução da programação por profissionais intérpretes de libras;

3.7. Fornecimento de grade diária de programação à Coordenação de Comunicação Social para divulgação no site oficial, nas redes sociais e na grade de programação eletrônica das operadoras de TV por assinatura;

3.8. Captação ao vivo, com no mínimo 2 (duas) câmeras, da Sessão Solene de Cidadão Honorário de São José, realizado em espaço de eventos externo, dentro do perímetro do município. Deverá haver também a cobertura jornalística do evento;

3.9. Entrega semestral à Contratante, dos programas produzidos, com dados brutos e finalizados, em mídia apropriada, para armazenamento e acervo histórico da Casa Legislativa. O material deverá ser entregue com a correta indexação (assunto, vereador, projeto de lei, audiência pública, plenários, sessões solenes e palavras-chave para localização de conteúdos específicos), visando a fácil pesquisa e recuperação de reportagens e matérias específicas de qualquer parte do material produzido;

3.10. Gerenciamento e entrega de sinal para transmissão, em dias e horários pré-estabelecidos, em HDTV em sinal digital, contemplando o conteúdo produzido, retransmissão ao vivo dos plenários, comissões e audiências públicas;

3.11. Os serviços acima elencados deverão estar em plena atividade em até 45 (quarenta e cinco) dias contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou documento equivalente. Inclui-se nesse cronograma o estabelecimento da



transmissão de TV aberto/fechado/web e a montagem completa do estúdio. Nesta ocasião poderá ser emitido o termo de aceite definitivo;

3.12. A CONTRATADA deverá se responsabilizar pela criação, instalação e manutenção de, no mínimo, 03 (três) cenários para os programas gravados em estúdio. Inclui-se poltronas, bancada de madeira e qualquer outra estrutura que se fizer necessária;

3.13. A CONTRATADA deverá disponibilizar à Câmara Municipal de São José todo o material produzido e arquivado em seus servidores, sempre que solicitado e durante toda a vigência do contrato, observando-se que a propriedade desse conteúdo pertence à Câmara Municipal e deverá ser a ela entregue integralmente ao final do contrato;

3.14. Os equipamentos a serem fornecidos devem ter todas as suas características técnicas e operacionais preservadas, ainda que não sejam novos, de primeiro uso;

3.15. A CONTRATADA deverá fornecer todos os programas de informática e suportes necessários à edição de imagem, som, vídeo e outros objeto deste termo de referência devidamente licenciados;

3.16. Todos os direitos de exibição, reprodução e veiculação do material produzido serão cedidos à Câmara Municipal de São José, sem que tenha a CONTRATADA direito de qualquer natureza derivativo dessa cessão.

DA EQUIPE TÉCNICA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

3.17. A CONTRATADA deverá manter na sede da Câmara Municipal de São José equipe de profissionais, conforme este termo de referência, visando o correto cumprimento do objeto contratado.

3.17.1. Descrição, atribuições e requisitos de atuação técnica:

a) **Chefe de Reportagem:** Dirigir a emissora, chefiando toda a equipe, seja nas áreas jornalística, editorial, de produção e técnica. Fazer a interface entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE, realizando também todas as obrigações administrativas. Definir, junto à Coordenação de Comunicação Social, a linha editorial e jornalística da emissora. Determinar e supervisionar “*in loco*” as tarefas de acordo com as diretrizes assinaladas pela Coordenação de Comunicação Social da Câmara; estabelecer um planejamento de atividades de acordo com tais diretrizes; prestar contas à Coordenação de Comunicação Social sobre a execução das atividades; informar à Coordenação de Comunicação Social sobre eventuais ocorrências de problemas que atrapalhem ou impeçam a execução das atividades previstas; promover reuniões de avaliação sobre a qualidade técnica e do conteúdo jornalístico dos programas e transmissões dos trabalhos legislativos; coordenar a linha editorial e jornalística da emissora; coordenar as etapas de produção e edição, reportagens, debates e entrevistas, realizar reuniões de pauta. Fazer seleção, revisão e preparo das matérias e programas a serem exibidos; apresentar programas; noticiar fatos; ler textos ao vivo; gravar textos em “*off*”; gravar locuções; entrevistar pessoas; anunciar a programação; redigir a notícia, preparar conteúdo para apresentação, pautando o texto, checando as informações, adaptando-se aos padrões da emissora e do público; e realizar reportagens internas e externas.

Requisitos: Curso superior em Comunicação Social e/ou Jornalismo e experiência comprovada de 24 meses em televisão.



b) **Repórter/Apresentador:** Atuar na linha editorial e jornalística da emissora, fazendo integração entre todos os departamentos, orientando as abordagens editoriais, realizando as etapas de produção e edição, reportagens, debates e entrevistas. Recolher, apurar, redigir textos; organizar e interpretar informações e notícias a serem divulgadas; realizar revisões; e definir as matérias jornalísticas a serem divulgadas e produzidas e organizar informações e notícias a serem difundidas, expondo, analisando e comentando os acontecimentos. Fazer seleção, revisão e preparo das matérias e programas a serem exibidos; apresentar programas; noticiar fatos; ler textos ao vivo; gravar textos em “off”; gravar locuções; entrevistar pessoas; anunciar a programação; redigir a notícia, preparar conteúdo para apresentação, pautando o texto, checando as informações, adaptando-se aos padrões da emissora e do público; e realizar reportagens internas e externas.

Requisitos: Curso superior em Comunicação Social e/ou Jornalismo e experiência comprovada de 24 meses em televisão.

c) **Diretor de imagem:** Coordenar e executar gravações ou transmissões de imagens televisivas; acompanhar as etapas de produção: projeto, roteiro, pré-produção, produção, gravação e pós-produção; orientar a iluminação segundo o clima da cena; orientar a operação da câmera durante as gravações; orientar a operação de edição durante a gravação das cenas; conhecer a linguagem técnica própria para focalização da cena e termos específicos da área de atuação; conhecer e dominar os recursos de seleção e mixagem de imagens disponíveis na mesa-de-corte; operar mesa-de-corte e de vídeo; selecionar e comutar sequências de imagens; manusear o gerador de caracteres; inserir caracteres repassados pela produção. Executar os serviços de produção dos programas de noticiário, de entrevistas e de informação em geral; executar os serviços de produção das transmissões da pauta legislativa; zelar por toda operação técnica das áreas de produção e exibição; executar atividades técnicas de operação na cobertura de eventos externos, eventos em plenário ou em estúdio, preparando os sistemas de áudio e vídeo para gravação e transmissão; revisar equipamentos; organizar material de exibição e gravação; operar equipamentos de gravação de áudio e vídeo; sonorizar e efetuar sonoplastia de todas produções; operar *softwares* e equipamentos relacionados às edições e finalizações disponíveis; arquivar material bruto ou finalizado; configurar e operar mesa de corte; cuidar do cabeamento, ajustar iluminação para gravações internas e externas; checar todo o sistema. Ser capaz de, na eventualidade, configurar e operar a mesa de corte; ajustar e testar sinais de áudio e vídeo; inserir caracteres créditos e artes; e operacionalizar o sistema de exibição.

Requisitos: Nível Médio Completo. Experiência de 24 meses. Habilitação profissional.

d) **Operador de edição:** Operar as ilhas de edição; capturar áudio e vídeo; definir efeitos visuais; inserir créditos; aplicar caracteres; mixar áudio; adicionar artes; recortar imagens; corrigir cores, brilho e contraste; compor imagens; adequar formatos; aplicar filtros; revisar edições finais; sonorizar e efetuar sonoplastia de todas edições; criar vinhetas; criar animações; operar *softwares* e equipamentos relacionados às edições e finalizações disponibilizados pela CONTRATADA; produzir finalização do material.

Requisitos: Nível Médio Completo. Experiência de 24 meses. Habilitação profissional.

e) **Operador de câmera:** Captar imagens internas ou externas através de câmeras de vídeo, sejam fixas, portáteis ou de teto, para a realização de produções televisivas e multimídia, com teor artístico, jornalístico, documental e institucional, de acordo com orientação do Diretor de Imagem; interpretar visualmente os roteiros; operar tripés; transportar os equipamentos necessários ao trabalho; montar e ajustar a iluminação necessária ao trabalho; conectar cabos; conectar e operar os equipamentos de som e microfone necessários à captação; organizar a produção de imagens em diálogo com a equipe de trabalho.



Requisitos: Nível Médio Completo. Experiência de 12 meses. Habilitação profissional.

f) **Operador de Áudio:** Regular e monitorar os sinais de áudio em equipamentos específicos, durante as transmissões ao vivo ou nas gravações de programas, sejam elas realizadas no plenário, estúdio ou em eventos externos. Gravar “offs”, narrações, vinhetas etc. Encarregar-se da manutenção dos níveis de áudio, equalização e qualidade do som; cumprir o plano artístico e orientações técnicas estabelecidas pela direção. Cuidar da limpeza e conservação dos equipamentos, materiais e instrumentos indispensáveis ao desempenho da função.

Requisitos: Nível Médio Completo. Experiência de 12 meses. Habilitação profissional.

3.18. As quantidades de postos de serviços são estimadas e serão preenchidas mediante solicitação do gestor do Contrato de acordo com as necessidades da Câmara Municipal de São José;

3.19. A Câmara Municipal de São José reserva-se o direito de alterar os horários de trabalho dos postos durante a execução do contrato, para melhor atender as suas necessidades;

3.20. A Câmara Municipal de São José reserva-se o direito de suspender os serviços de determinados postos no mês de janeiro de cada ano (por conta do recesso legislativo), deduzindo os valores correspondentes no pagamento dos serviços daquele mês;

3.21. A empresa CONTRATADA deverá prestar os serviços dentro de um grau elevado de qualidade, através de funcionários devidamente treinados, experientes e aptos para o desempenho de funções para as quais foram designados;

3.22. Os serviços terceirizados a serem contratados em nada alteram o regime trabalhista, o vínculo empregatício de funcionários e as obrigações existentes entre os empregados designados a sua execução e a empresa contratada, nos termos da legislação trabalhista, previdenciária e tributária;

3.23. Os empregados designados pela CONTRATADA para a execução dos serviços terceirizados ora contratados deverão prestar os serviços de acordo com suas especificações, observar as normas internas da repartição e do serviço público, bem como tratar com urbanidade e polidez o público em geral e os servidores;

3.24. A CONTRATANTE deverá comunicar à CONTRATADA, situações ou fatos que prejudiquem ou venham a prejudicar a execução dos serviços, determinando as providências que entender serem necessárias à sua solução, devendo a CONTRATADA, salvo motivo de força maior, atender de imediato o determinado pela CONTRATANTE, de modo a não comprometer ou prejudicar as atividades da repartição;

3.25. Para aqueles casos em que a lei assim o exigir, deverá o profissional possuir o registro no órgão profissional competente ou na Delegacia Regional do Trabalho.

3.26. Quando houver a obrigação legal da conclusão de algum curso específico para o exercício de determinada função, tal exigência deverá ser necessariamente observada pela CONTRATADA no momento da contratação do profissional.

3.27. A licitante deverá observar em sua proposta comercial os salários mensais mínimos das categorias, obrigações acessórias e outras integrantes da Planilha de Composição de Custos;



3.28. A carga horária a ser cumprida individualmente pelos profissionais definidos neste Termo de Referência corresponderá à carga horária máxima permitida na convenção coletiva vigente de cada categoria para horas normais;

3.29. Poderá ser adotado o sistema de compensação de jornada, no qual as horas adicionais serão compensadas com folgas ou com a redução da jornada em dias subsequentes, quando não houver proibição nesse sentido em convenção ou dissídio coletivo. Não havendo a possibilidade de adotar o sistema de compensação de jornada e havendo trabalho adicional e/ou noturno, ou seja, caso um profissional trabalhe além da carga horária máxima permitida na convenção coletiva vigente respectiva, será a CONTRATADA responsável por essas horas adicionais e/ou noturnas;

3.30. Correrão por conta da CONTRATADA todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes da contratação, bem como todos os demais impostos e taxas que incidirem sobre a contratação dos empregados colocados à disposição da Câmara.

3.31. Os profissionais deverão utilizar uniforme (exceto repórteres).

3.32. A CONTRATADA deverá instalar ponto biométrico, a ser fixado em local definido pela Câmara Municipal de São José, a fim de controlar os horários de trabalho dos profissionais na sede da Câmara.

3.33. A frequência e a pontualidade dos profissionais alocados poderão ser controladas pela Coordenação de Comunicação Social, mas serão de responsabilidade da CONTRATADA, inclusive ao que se refere aos intervalos previstos na legislação e convenção coletiva de trabalho da categoria.

3.34. O período de apuração do ponto corresponderá aos serviços executados entre o primeiro e o último dia de cada mês. Período diferente de apuração poderá ser acordado entre as partes, para melhor atender aos trabalhos operacionais de aferição da frequência e das ocorrências.

3.35. Os serviços deverão ser organizados de forma a respeitar as regras contidas na legislação pertinente e as emanadas de convenção ou acordo coletivo das categorias, alterando-os sempre que houver modificações em quaisquer destas regras.

3.36. Os prejuízos que porventura venham ocorrer, causados por imperícia, negligência ou imprudência dos respectivos empregados da CONTRATADA no ambiente da Câmara Municipal de São José, serão indenizados pela empresa CONTRATADA.

3.37. Todos os funcionários envolvidos na realização do objeto deste edital deverão ceder os direitos de imagem e trabalho para a Câmara Municipal de São José por meio do Termo de Cessão de Direitos Autorais. A CONTRATANTE poderá utilizar as imagens, sons etc., mesmo após eventual término de contrato, dentro dos limites compatíveis com o objetivo institucional da TV Câmara de São José, respeitando a moral e os bons costumes.

3.38. Os profissionais a serem alocados pela CONTRATADA deverão ser submetidos à prévia aprovação por parte da Câmara Municipal de São José, inclusive no caso de eventual substituição. A Câmara poderá solicitar a substituição de profissionais sempre que o desempenho demonstrado for julgado, a exclusivo critério da Câmara, insatisfatório para o cumprimento dos objetos do contrato;



3.39. A CONTRATADA se obriga a substituir qualquer profissional em caso de faltas, férias, atestados médicos, licença médica, ou qualquer tipo de ausência legal, sem qualquer ônus adicional para a Câmara. Como o pagamento à CONTRATADA relativo ao item mão-de-obra será feito por hora trabalhada, a não substituição de um profissional acarretará o desconto da falta no valor da mão-de-obra, sem prejuízo da possibilidade de aplicação de outras penalidades previstas em contrato;

3.40. Os profissionais disponibilizados pela CONTRATADA para a prestação dos serviços não terão qualquer vínculo empregatício com a Câmara Municipal de São José, sendo de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA o pagamento de todos os tributos e encargos decorrentes das relações de trabalho, bem como o cumprimento das convenções coletivas das categorias e de todos os dispositivos legais pertinentes, podendo a Câmara, a qualquer momento, solicitar a comprovação do cumprimento de tais obrigações, sob pena de retenção de créditos e aplicação de penalidades legais e contratuais cabíveis;

3.41. A CONTRATADA e seus empregados se submeterão às condições fixadas pela Câmara Municipal de São José quanto ao comportamento, discricão e urbanidade no serviço, sujeitando-se às regras do sigilo em relação a assuntos de que tomem conhecimento em decorrência da execução dos trabalhos, inclusive senhas das plataformas digitais, mesmo depois de cessado o contrato originário da licitação;

3.42. A CONTRATADA se obriga a prestar os serviços contratados com qualidade e alto padrão, podendo a Câmara Municipal de São José, a qualquer tempo, recusar os serviços ou equipamentos, no todo ou em parte, sempre que não atenderem ao estipulado no contrato ou aos padrões técnicos exigidos pelos fabricantes e pelas normas técnicas pertinentes, sem prejuízo das possibilidades de multa e rescisão contractual;

3.43. A CONTRATADA deverá assumir inteira responsabilidade por danos e prejuízos que causar à Câmara Municipal de São José ou a terceiros, por descumprimento, omissões ou desvios na qualidade técnica dos serviços prestados;

3.44. A CONTRATADA deverá credenciar preposto para representá-la junto à Câmara Municipal de São José, com a incumbência de resolver todos os assuntos relativos à execução do contrato, sem que isso implique em ônus adicionais à Câmara.

3.45. A CONTRATADA será responsável, perante a Câmara Municipal de São José, pela qualidade total dos serviços com relação à observância de normas técnicas e de códigos profissionais;

3.46. A produção do objeto contratado não poderá ser interrompida ou acumulada, em nenhuma hipótese, sob alegações de ordem técnica ou de organização empresarial;

3.47. Fica assegurado à Câmara Municipal de São José e a seus técnicos o direito de acompanhar e fiscalizar, total ou parcialmente, diretamente, ou através de terceiros, os serviços prestados pela CONTRATADA, com livre acesso aos locais de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários, devendo a CONTRATADA fornecer à Câmara relatórios, informações e quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários, quando assim lhe for solicitado;

3.48. A ação fiscalizadora da Câmara Municipal de São José não fará cessar nem diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas na



licitação, nem por quaisquer danos causados, inclusive a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

3.49. A Câmara Municipal de São José poderá utilizar, na sua conveniência e eventualmente, na apresentação de programas da TV Câmara de São José, servidores de seu quadro de pessoal, sem prejuízo da obrigação de a CONTRATADA manter seus profissionais à disposição para serem também utilizados;

3.50. Os salários deverão ter como piso o resultado do acordo em convenção coletiva de trabalho. A data base das categorias prevista em Convenção Coletiva de Trabalho deve ser observada para concessão dos reajustes;

3.51. A substituição temporária nos respectivos Postos de Trabalho, no caso da ausência ou afastamento do titular, acontecerá de forma a garantir a continuidade de realização do objeto ou serviço, observando-se ainda:

- a) A substituição de pessoas nos Postos acontecerá por iniciativa da CONTRATADA, e sempre que a atividade puder ser normalmente cumprida e continuada, sem maiores prejuízos à realização do objeto, mediante prévio consentimento e avaliação da CONTRATANTE
- b) Sempre que a CONTRATANTE considerar impertinente, desnecessária ou dispensável a substituição do titular do Posto por outro, em caráter temporário e sem a devida experiência, o Posto será considerado desocupado no período, e as atividades não serão objeto de liquidação e recebimento, não cabendo, nesse caso, qualquer tipo de sanção às partes.
- c) A CONTRATADA orientará cada colaborador ocupante do posto de serviços sobre o que deve ou o que é cabido executar, observando o descrito no Termo de Referência, o qual vincula-se este Contrato. No caso de eventual discordância ou divergência para a aceitação ou realização de tarefa entre o ocupante do posto e o responsável, interessado ou tomador dos serviços, caberá a Diretoria, juntamente com o Fiscal do Contrato, agir diretamente em relação ao funcionário terceirizado, bem como, se for o caso, buscar solução ou reparos em relação ao Contrato.

3.52. Não será admitida a substituição temporária do titular do posto por outro que não esteja capacitado e habilitado, e com cargo compatível para o exercício das mesmas atividades, para a carga horária e condições antes atendidas e adstritas ao objeto do contrato;

3.53. É responsabilidade da CONTRATADA monitorar, acompanhar e instruir os substitutos para que não ocorram maiores prejuízos às atividades do Posto de Trabalho

DOS EQUIPAMENTOS PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

3.54. Na execução dos serviços que são objeto deste contrato, obrigatoriamente a CONTRATADA deverá dispor de, no mínimo, os equipamentos listados no Termo de Referência, e nas quantidades relacionadas;

3.55. Todos os equipamentos e materiais exigidos deverão ficar permanentemente e exclusivamente à disposição da TV Câmara de São José;

3.56. É de responsabilidade da CONTRATADA providenciar a montagem de todos os equipamentos que sejam de sua propriedade, bem com aqueles cedidos pela CONTRATANTE



para implantação da solução, como televisores e suportes;

3.57. É de responsabilidade da CONTRATADA providenciar todo o cabeamento de áudio e vídeo necessários a operacionalidade dos equipamentos nos ambientes da Câmara Municipal de São José, inclusive estúdio, e em externas, incluindo adaptadores, distribuidores, conversores, medusas e conectores durante a vigência do contrato;

3.58. É de responsabilidade da CONTRATANTE fornecer os mobiliários necessários à execução deste contrato, incluindo daqueles que serão utilizados pela equipe técnica, como mesas, armários e cadeiras, bem como realizar as devidas manutenções;

3.59. Eventuais indicações de marcas nas especificações dos itens deste Termo de Referência servem unicamente de parâmetro, podendo haver a substituição por equipamentos equivalentes ou superiores em todas as suas características;

3.60. Todos os equipamentos citados neste Termo de Referência deverão ser disponibilizados para a Câmara Municipal de São José durante as 24 horas do dia, tendo como base de armazenamento a Câmara;

3.61. A CONTRATADA deverá fornecer todo o equipamento de proteção individual e coletiva que se fizer necessário à execução dos serviços contratados;

3.62. Caberá à Câmara Municipal de São José disponibilizar à CONTRATADA, para a execução do contrato, espaço para instalação de 1 (um) estúdio e de 1 (uma) sala de operação (máster), dentro dos limites de espaço físico da sede da Câmara;

3.63. A CONTRATADA, para a execução do contrato, deverá montar estúdio dentro das dependências oferecidas pela Câmara, observando características e equipamentos previstos neste Termo de Referência, a qual será paga uma única vez. Os projetos dos cenários do estúdio interno (mínimo de 3) deverão contemplar planos distintos, devendo ser aprovados previamente pela Coordenação de Comunicação Social;

3.64. Durante a vigência do contrato a CONTRATADA será responsável pela manutenção dos equipamentos, inclusive pela substituição, quando necessária, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas. A Contratada deverá prestar os serviços de manutenção preventiva e corretiva, independentemente de ser ou não a fabricante, bem como substituir todas as peças e todos os componentes que apresentem quebras ou desgastes pelo uso, defeitos de fabricação ou divergências com as especificações técnicas, conforme o disposto no Termo de Referência;

3.65. A manutenção preventiva será realizada em todos os equipamentos do objeto, consistirá em procedimentos destinados a prevenir a ocorrência de defeitos dos equipamentos e demais componentes, conservando-os em perfeito estado de funcionamento;

3.66. A manutenção corretiva consiste em procedimentos destinados a recolocar os equipamentos e demais componentes em seu perfeito estado de funcionamento, compreendendo, inclusive, substituições de peças;

3.67. A manutenção corretiva será realizada durante a vigência do Contrato, a qualquer tempo, imediatamente após a constatação, sem ônus adicionais para a Câmara devendo relatar tal fato ao fiscal do contrato, inclusive quando da impossibilidade de substituição por



equipamento de marca e modelo iguais ao originalmente fornecido, poderá, a critério da Câmara, ser admitida a substituição por outro, cujas características técnicas sejam as mesmas ou superiores às do equipamento substituído.

DA INTERLIGAÇÃO DE SINAL:

3.68. Caso a CONTRATADA opte pela interligação do sinal *full hd* da TV Câmara de São José para os destinos citados no Termo de Referência através de “*optical fiber*” exige-se que esta tenha a velocidade mínima constante de 35Mbps. A escolha do provedor e manutenção deste serviço é de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA.

3.69. Caso a CONTRATADA opte pela interligação do sinal *full hd* da TV Câmara de São José os destinos citados no Termo de Referência através de “*link* digital de micro-ondas”, cabe a esta a instalação da toda estrutura necessária para a entrega do serviço, devendo ser observadas as particularidades da estrutura física do prédio sede da Câmara Municipal de São José, responsabilizando-se por qualquer dano ou avaria causado à CONTRATANTE ou a terceiros.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1 O pagamento deverá ser efetuado mediante a apresentação de Recibo/fatura de Locação dos equipamentos e da Nota Fiscal da prestação de serviço para a mão de obra pela CONTRATADA, devidamente atestada pelo fiscal do contrato, sem qualquer reajuste automático de preços ou aplicação de correção monetária;

4.2 O prazo para pagamento da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pela fiscalização, será de até 30 (trinta) dias, contados da data de sua apresentação ao setor financeiro da CONTRATANTE;

4.3 A Nota Fiscal/Fatura correspondente será examinada diretamente pelo Fiscal designado pela CONTRATANTE, o qual somente atestará a prestação dos serviços contratados e liberará a referida Nota Fiscal/Fatura para pagamento quando cumpridas, pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas;

4.4 Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida pelo Fiscal à CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Câmara Municipal de São José.

4.5 No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal e na Fatura, serão estes restituídos à CONTRATADA para as correções solicitadas, não respondendo a Câmara Municipal de São José por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes;

4.6 Os pagamentos serão procedidos por meio de ordem bancária, através de crédito em conta corrente da CONTRATADA;

4.7 Em cumprimento as obrigações trabalhistas e sociais, a Nota Fiscal de prestação de serviço de mão de obra deverá vir obrigatoriamente acompanhada das seguintes comprovações:

a) Cópia das folhas de ponto dos empregados, por ponto eletrônico ou meio que não seja padronizado;



- b) Comprovante de pagamento dos salários, relativos ao mês anterior;
- c) Comprovante do fornecimento do vale-transporte e auxílio alimentação dos empregados, se for o caso, referentes ao mês anterior;
- d) Comprovante do pagamento do 13º salário;
- e) Comprovante da concessão de férias e correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da Lei;
- f) Comprovante da realização de exames admissionais, demissionais e periódicos, quando for o caso;
- g) Comprovante de eventuais cursos de treinamento e reciclagem, que forem exigidos por lei ou no Edital de Licitação;
- h) Comprovante do encaminhamento ao Ministério do Trabalho e Emprego das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como: a RAIS e a CAGED;
- i) Comprovante do pagamento pela CONTRATADA das verbas rescisórias ou a comprovação de que os empregados serão realocados em outra empresa, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;
- j) Comprovante de recolhimento do FGTS, relativo ao mês anterior, por meio dos seguintes documentos:

- i. Cópia do Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela Conectividade Social (GFIP);
- ii. Cópia da Guia de Recolhimento do FGTS (GRF) com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando recolhimento for efetuado pela Internet;
- iii. Cópia da Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP (RE);

- k) Comprovante de recolhimento das contribuições ao INSS, referente ao mês anterior, por meio de:

- i. Cópia do Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela Conectividade Social (GFIP);
- ii. Cópia do Comprovante de Declaração à Previdência;
- iii. Cópia da Guia da Previdência Social (GPS) com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando recolhimento for efetuado pela Internet;
- iv. Cópia da Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP (RE);

4.8 No mês do vencimento do contrato ou de sua rescisão, a CONTRATADA deverá apresentar cópia dos documentos constantes no item 5.7 referentes às Notas Fiscais do mês anterior e do mês em curso, sob pena do pagamento ficar suspenso.

4.9 Apresentar junto com a Nota fiscal ou fatura mensal o relatório mensal de frequência, abatendo faltas e atrasos na mesma.

4.10 Os pagamentos ficam condicionados à regularidade de situação da empresa junto as Fazendas Municipal, Estadual e Federal, averiguada no dia do pagamento.

4.11 No pagamento serão observadas as retenções, de acordo com a legislação e normas vigentes, no âmbito da União, Estado e Município;

4.12 Nenhum pagamento será efetuado em caráter antecipado, ou antes, de quitada ou relevada qualquer penalidade prevista no contrato.



4.13 O pagamento de qualquer Nota Fiscal de Prestação de Serviços apresentada pela CONTRATADA será suspenso, no todo ou em parte, sem prejuízo de exercer outras prerrogativas contratuais, ficando o mesmo retido até que a CONTRATADA atenda à cláusula infringida, nos seguintes casos:

- i. Falta de apresentação de documentação comprobatória do pagamento de pessoal, do recolhimento dos encargos sociais, benefícios, e qualquer outro documento constante deste contrato;
- ii. Não cumprimento de obrigação contratual, incluído as obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais; e
- iii. Paralisação dos serviços por culpa da CONTRATADA.

4.14 A CONTRATADA fica obrigada a proceder retenção do Imposto de Renda (IR) nas notas fiscais emitidas referente ao fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, conforme as diretrizes da Instrução Normativa RFB nº 1234/2012, Decreto Municipal nº 19.059/2023 e Resolução da Câmara Municipal de São José nº 714/2023.

4.14.1 Não estão sujeitos à retenção de imposto de renda os pagamentos efetuados a pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em relação às suas receitas próprias (Instrução Normativa RFB nº 1234/2012, art 4º, XI).

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E DO REAJUSTE

5.1 O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, na forma do artigo 106 da Lei nº 14.133/2021;

5.2 Os preços permanecerão fixos e irrevogáveis por 12 (doze) meses da assinatura do instrumento contratual, caso este não disponha de maneira contrária;

5.3 A prorrogação do Contrato, quando vantajosa para a Administração, será promovida mediante celebração de Termo Aditivo, o qual deverá ser submetido à apreciação da Procuradoria Geral da Câmara Municipal de São José;

5.4 Os preços serão reajustados mediante aplicação dos seguintes critérios:

5.4.1 Para os postos de trabalho: Os valores dos salários, encargos sociais, entre outros serão alterados de acordo com o estabelecido pela Convenção Coletiva de Trabalho, aplicando-se os mesmos índices e valores nela estabelecidos.

5.4.2 Para os demais itens: Os demais itens poderão ser reajustados anualmente, contados da data da assinatura do Contrato, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, calculado pelo IBGE, utilizando para o cálculo o índice a partir da data da proposta comercial definitiva da contratada.

5.4.3 Os tributos serão reajustados sempre que houver alteração nos valores estabelecidos no contrato, mantendo-se os mesmos índices constantes da proposta apresentada na licitação.

5.5 A empresa CONTRATADA não terá direito subjetivo à prorrogação contratual, que objetiva a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração;



5.6 Quando da prorrogação contratual, a Câmara Municipal de São José assegurar-se-á que os preços contratados continuam compatíveis com os praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação;

5.7 A Câmara Municipal de São José não prorrogará o contrato quando os preços praticados pela empresa CONTRATADA estiverem superiores aos praticados no mercado, admitindo-se a negociação para redução dos mesmos.

5.8 As contratações poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas nos artigos 124 a 136 da Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis.

CLÁUSULA SEXTA – DA REPACTUAÇÃO

6.1 As repactuações serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo ou convenção coletiva que fundamenta a repactuação;

6.2 É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva. Quando da solicitação da repactuação, esta somente será concedida mediante negociação entre as partes, considerando-se:

- a) Os preços praticados no mercado e em outros contratos da Administração;
- b) As particularidades do contrato em vigência;
- c) O novo acordo ou convenção coletiva das categorias profissionais;
- d) A nova planilha com a variação dos custos apresentada;
- e) Indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e
- f) A disponibilidade orçamentária do órgão ou entidade contratante.

6.3 O pedido de repactuação deve ser feito no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos;

6.4 O prazo referido acima ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos;

6.5 O órgão CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA;

6.6 Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

- a) A partir da homologação;
- b) Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou
- c) Em data anterior à repactuação, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão-de-obra e estiver vinculada a instrumento legal, acordo, convenção ou sentença normativa que contemple data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do



pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras;

6.7 No caso previsto na alínea “a”, o pagamento retroativo deverá ser concedido exclusivamente para os itens que motivaram a retroatividade, e apenas em relação à diferença porventura existente;

6.8 A CONTRATANTE deverá assegurar-se de que os preços contratados são compatíveis com aqueles praticados no mercado, por meio de contratos firmados com outros entes e de objeto similar, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA CONTRATUAL

7.1 Como garantia da execução dos serviços, a CONTRATADA deverá optar por umas das modalidades de garantia previstas no artigo 96 da Lei nº 14.133/2021, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, devendo ser renovada ou atualizada anualmente a cada prorrogação contratual.

7.2 A CONTRATADA deverá apresentar garantia no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da assinatura do contrato;

7.2.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento);

7.2.2 O atraso superior a 35 (trinta e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021;

7.3 A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) Prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e
- d) Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES

8.1 Constituem obrigações das partes:

8.1.1 DA CONTRATANTE

- a) Destinar local para montagem e funcionamento da TV Câmara;
- b) Efetuar o pagamento dos serviços prestados dentro das condições estabelecidas no contrato;
- c) Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados e os itens entregues em desacordo com as respectivas especificações;
- d) Solicitar a substituição do empregado que não estiver desempenhando suas atividades a contento, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência;
- e) Solicitar a substituição do item que não apresentar as características técnicas estabelecidas no Termo de Referência;
- f) Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA nas suas dependências, desde que devidamente identificados, para a execução dos serviços;



- g) Propor a aplicação à CONTRATADA das penalidades regulamentares e contratuais;
- h) Examinar as Carteiras de Trabalho e Previdência Social dos empregados colocados à disposição da CONTRATANTE, para comprovar o registro da função profissional;
- i) Verificar, em relação aos empregados da CONTRATADA, o atendimento dos requisitos mínimos de qualificação profissional exigidos, solicitando substituição, se for o caso;
- j) Exigir, mensalmente, os documentos comprobatórios do pagamento de pessoal, do recolhimento dos encargos sociais, benefícios, ou qualquer outro documento que julgar necessário;
- k) Solicitar à CONTRATADA todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;
- l) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA ou por seus prepostos;
- m) Manifestar-se oficialmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo;
- n) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- o) Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- p) Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- q) Não permitir que os empregados da CONTRATADA realizem horas extras;
- r) Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da CONTRATADA.

8.2 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

8.2.1 Caberá à CONTRATADA, sem prejuízo das demais obrigações e responsabilidades insertas no Termo de Referência, no Contrato e daquelas constantes do Edital:

- a) Executar fielmente este contrato, em conformidade com as cláusulas avençadas e normas estabelecidas na Lei nº 14.133/2021 e seus regulamentos, de forma a não interferir no andamento da CONTRATANTE;
- b) Atender prontamente a quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do contrato, sem que disso decorra qualquer ônus para a CONTRATANTE, não implicando a atividade da fiscalização em qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade;
- c) Comunicar de imediato a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a realização normal dos serviços, em parte ou no todo, indicando, quando for o caso, as medidas para corrigir a situação;
- d) Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação para contratar com este Órgão, em especial no que se refere ao recolhimento dos impostos federais, estaduais e municipais, inclusive quanto ao recolhimento do ISSQN, durante a vigência do Contrato e possíveis prorrogações, as quais são de natureza sine qua non para a emissão de pagamentos e aditivos de qualquer natureza;
- e) Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, fornecendo mão-de-obra qualificada, necessária e indispensável a sua perfeita execução, mantendo os serviços, mesmo em estado de greve da categoria, através de esquema de emergência;



f) Responsabilizar-se, integral e exclusivamente, pelas despesas de instalações, testes, seguros, laudos, encargos sociais e legais, honorários, multas, obrigação trabalhista, fiscal, previdenciária, comercial e civil, pagamentos, vestimenta, treinamento, segurança e assistência médico-hospitalar dos trabalhadores envolvidos nas atividades contratadas, bem como, por todos os dispêndios, judiciais ou extrajudiciais, salários, seguros de acidentes, tributos, impostos, indenizações, vales-refeições, vales-transportes e outras despesas que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo incidentes sobre a prestação dos serviços;

g) Fornecer, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, a relação nominal dos empregados alocados para prestação de serviços com o número do documento de identidade, endereço e telefone, juntamente com a cópia do contrato de trabalho de cada um, bem como do respectivo registro no Livro de Registro e na CTPS, comunicando qualquer alteração;

h) Responsabilizar-se pelo treinamento e formação dos empregados, necessários à perfeita execução dos serviços, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, inclusive quanto ao uso de EPI'S e prevenção de incêndio nas áreas de atuação;

i) Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, dos regulamentos e normas disciplinares internas, inclusive do Código de Ética da CONTRATANTE.

j) Manter disciplina nos locais de serviço, substituindo, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, após notificação, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam considerados, pela CONTRATANTE, inconveniente ou insatisfatório.

k) Substituir, incontinentemente, qualquer empregado alocado ao serviço ora contratado que não se encontre com sua situação trabalhista perfeitamente regularizada ou que porventura venha a se colocar em situação trabalhista irregular;

l) Efetuar a reposição da mão-de-obra, em caráter imediato, nos casos de afastamento por falta, férias, descanso semanal, licença, demissão e outros da espécie, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente;

m) No caso de ausência do profissional, sem reposição, será descontado do faturamento mensal o valor correspondente ao número de horas ou minutos não atendidos, sem prejuízo das demais sanções legais e contratuais;

n) Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou acometidos de mal súbito, quando em serviço, por intermédio de seu encarregado, assegurando-lhes o cumprimento a todas as determinações trabalhistas e previdenciárias cabíveis e assumindo, ainda, as responsabilidades civil, penal, criminal e demais sanções legais decorrentes do eventual descumprimento dessas medidas;

o) Emitir o Comunicado de Acidente de Trabalho (CAT), em formulário próprio do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), em caso de eventual ocorrência de acidente com seus empregados nas dependências da CONTRATANTE;

p) Cumprir os postulados legais vigentes, de âmbito federal, estadual, e/o municipal, quanto à Segurança e Medicina do Trabalho, assumindo todos os ônus de infrações;

q) Adotar, no caso de ação trabalhista envolvendo os serviços prestados, todas as providências necessárias no sentido de preservar a CONTRATANTE, e mantê-la a salvo de reivindicações, demandas, queixas ou representações de qualquer natureza;

r) Realizar às suas expensas e apresentar os comprovantes dos exames médicos admissionais, demissionais e periódicos, atestando sua sanidade física e mental;

s) Pagar, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, os salários dos empregados, bem como recolher, no prazo legal, os encargos sociais devidos. Os empregados deverão receber seus contracheques, com no mínimo, 1 (um) dia de antecedência do pagamento;



t) Cumprir as obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho e as demais obrigações dispostas na CLT em relação aos empregados vinculados ao contrato;

u) Não utilizar as dependências da CONTRATANTE para qualquer atividade estranha ao objeto deste contrato, inclusive particular do seu relacionamento com seus empregados, decorrentes de vínculo empregatício;

v) A CONTRATADA será responsável pela conservação dos móveis, equipamentos e utensílios da CONTRATANTE, devendo repor, por sua conta, aqueles que forem danificados ou extraviados por sua culpa, na mesma espécie e no mesmo número, no prazo por esta fixado;

w) A CONTRATADA será responsável pelo pagamento de toda e qualquer indenização por danos causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, por culpa ou dolo seus, ou de seus empregados, decorrentes da execução dos serviços ora contratados. Todas as providências judiciais ou extrajudiciais para solução de questões vinculadas e danos causados a terceiros serão de responsabilidade da CONTRATADA e tomadas em seu próprio nome e às suas expensas;

x) A CONTRATANTE fica, desde logo, autorizada a descontar, de qualquer pagamento à CONTRATADA, valores que porventura venha a pagar a terceiros e que decorram de danos previstos no item anterior;

y) Providenciar que seus contratados estejam uniformizados e portem crachá de identificação quando da prestação dos serviços à CONTRATANTE;

z) Fornecer aos empregados, no início do contrato e a cada 6 (seis) meses, uniformes e seus complementos à mão-de-obra envolvida, de acordo com o clima da região e com o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho;

aa) Substituir os uniformes que apresentarem defeitos ou desgastes, independente do prazo mínimo estabelecido, sem qualquer custo adicional para a CONTRATANTE ou para os empregados;

bb) Fornecer aos seus empregados até o último dia do mês que antecede ao mês de sua competência, vale-transporte ou qualquer transporte necessário à execução do objeto deste contrato e demais benefícios exigidos em legislação;

cc) Ressalte-se que é vedada à CONTRATADA a vinculação da efetivação do pagamento mensal dos salários dos profissionais ao recebimento mensal do valor afeto ao contrato celebrado com a Câmara Municipal de São José;

dd) Apresentar no início de cada exercício, ao Fiscal do Contrato, a relação anual de férias dos profissionais envolvidos nos serviços;

ee) Notificar a CONTRATANTE, por escrito, todas as ocorrências que possam vir embarçar os serviços contratados;

ff) Responsabilizar-se pelo cumprimento por parte dos seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela CONTRATANTE;

gg) Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da Câmara Municipal de São José, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo prontamente às reclamações formuladas;

hh) Fazer com que seus empregados cumpram rigorosamente todas as suas obrigações e boa técnica nos serviços;

ii) O controle de frequência dos empregados da CONTRATADA poderá ser solicitado pela Câmara Municipal de São José a qualquer tempo;

jj) A frequência dos empregados deverá ser registrada por meio de ponto biométrico, fornecido pela CONTRATADA, a ser instalado em local definido pela CONTRATANTE;

kk) Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas os seus empregados quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício da função;



- ll) Cumprir com as exigências da cláusula de pagamento deste instrumento;
- mm) Se for necessário, e a critério da CONTRATANTE, poderá ser solicitada a execução dos serviços em dias e horários distintos dos estabelecidos originalmente, desde que comunicado previamente, podendo, nesse caso, haver compensação entre a carga horária semanal estabelecida neste Edital;
- nn) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;
- oo) Manter todos os equipamentos necessários a execução dos serviços, em perfeitas condições de uso, devendo os danificados serem substituídos em até 24 (vinte e quatro) horas.
- pp) Manter seus funcionários no local de trabalho, uniformizados de forma padrão, durante a jornada diária de trabalho
- qq) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito Federal, Estadual ou Municipal – quando aplicáveis as normas de segurança que a Câmara Municipal venha a instituir;
- rr) Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, a prestação dos serviços adjudicados, sob pena de rescisão contratual;
- ss) Assumir todos os encargos decorrentes do pessoal empregado, incluindo os de natureza fiscal, previdenciária e trabalhista;
- tt) Assumir o transporte dos funcionários até o local do trabalho sem ônus para a CONTRATANTE;
- uu) Selecionar os empregados que irão prestar os serviços, exigindo o nível de escolaridade aplicável, atestado de boa conduta e demais referências, apresentando-os formalmente à CONTRATANTE, mediante Carta de Apresentação;
- vv) Selecionar e preparar rigorosamente, por meio de treinamento/capacitação, os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando elementos portadores de atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;
- ww) Em obediência às determinações legais impostas pela Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, realizar o tratamento dos dados pessoais relacionados à Câmara Municipal de São José que obtiver em decorrência deste contrato segundo as instruções fornecidas pelo Controlador (Contratante), que verificará a observância das próprias instruções das normas sobre a matéria.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES

9.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:

- a) inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo;
- e) cometer fraude fiscal;
- f) não mantiver a proposta.

9.2 A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CONTRATANTE;
- b) multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;



- c) multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- d) em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- e) impedimento de licitar e contratar com o órgão CONTRATANTE, pelo prazo de até três anos;
- f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados;

9.3 Também ficam sujeitas às penalidades da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:

- a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

9.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021 e regulamento próprio do órgão.

9.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para a Administração Pública e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade.

9.6 A CONTRATADA será punida com o impedimento de licitar e contratar com o Poder Público do Município, pelo prazo de até 3 (três) anos, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e demais cominações legais, nos seguintes casos:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

9.7 O retardamento da execução do objeto estará configurado quando a CONTRATADA:

- a) Deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após 7 (sete) dias contados da data constante na ordem de serviço;
- b) Deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no contrato por 3 (três) dias seguidos ou 10 (dez) dias intercalados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇOS (ANS)

10.1 A **CONTRATADA** deverá prestar os serviços definidos no edital, seus anexos e no contrato, de acordo com os níveis de serviço abaixo especificados, estando sujeita a glosas pelo descumprimento do Acordo de Níveis de Serviços (ANS).

10.2 Os níveis de serviço apresentados neste ANS têm como função definir os indicadores de acompanhamento da qualidade dos serviços prestados durante a contratação.



10.3 A tabela abaixo mostra a relação de ocorrências a ser utilizada como forma de mensuração dos resultados obtidos na prestação dos serviços.

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Inobservância do tempo máximo de 03 horas para o atendimento às solicitações de serviço recebidas.	Média	Por hora ou fração de hora de atraso
2	Inobservância do tempo máximo de 24 horas para o restabelecimento de todas as condições normais de funcionamento dos equipamentos, após as solicitações de serviço recebidas.	Média	Por hora ou fração de hora de atraso
3	Inobservância do tempo máximo de 08 horas para recolocar a emissora no ar, após as solicitações de serviço recebidas.	Grave	Por hora ou fração de hora de atraso
4	Inobservância do tempo máximo de 30 dias para restituir equipamento(s), que tenham sido removidos para reparo na assistência técnica.	Média	Por dia de atraso
5	Deixar de apresentar quando solicitado o Cronograma de Manutenções Preventivas.	Grave	Por ocorrência
6	Deixar de executar a manutenção preventiva sem a prévia autorização por parte do Gestor.	Média	Por ocorrência
7	Executar os serviços sem a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI), quando necessários, ou sem seguir os procedimentos de segurança apropriados.	Grave	Por ocorrência
8	Executar serviço em desacordo com as recomendações técnicas do fabricante e com as normas vigentes.	Grave	Por ocorrência
9	Permitir ou deixar de prevenir situações que possam acarretar danos aos locais e/ou pessoas envolvidas nos serviços.	Grave	Por ocorrência
10	Permitir ou deixar de prevenir situações que possam acarretar danos aos locais e/ou pessoas envolvidas nos serviços.	Leve	Por ocorrência
11	Deixar de entregar, quando solicitado, esclarecimentos formais solicitados pela fiscalização, para sanar inconsistências ou dúvidas pertinentes à execução dos serviços.	Média	Por ocorrência
12	Deixar de adotar as práticas de sustentabilidade, conforme definidos neste contrato, inclusive com a remoção e descarte de detritos e resíduos produzidos na execução dos serviços.	Média	Por ocorrência

OCORRÊNCIA	GLOSA
Grave	Glosa de 1%, por incidência, sobre o valor mensal do contrato.
Média	Glosa de 0,5%, por incidência, sobre o valor mensal do contrato.



Leve	Glosa de 0,1%, por incidência, sobre o valor mensal do contrato.
------	--

10.4 As Glosas serão aplicadas até o limite de 10% do valor mensal do contrato. Para valores superiores a esse serão adotados procedimentos administrativos para aplicação da sanção.

10.5 As falhas referenciadas nesse item referem-se aos equipamentos objeto desse termo de referência e dos serviços e equipamentos referenciados nele tais como segurança elétrica, segurança patrimonial, demandas de equipamentos sobressalentes e falha dos equipamentos. Falhas decorrentes de geradores de conteúdo externos ou da geração da TV Câmara de São José não se aplicam a esse Acordo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

12.1 A fiscalização do contrato será realizada por servidor previamente designado pela Câmara Municipal de São José que irá fiscalizar a execução do Contrato do serviço, que competirá:

- a) Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- b) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar por escrito, instruções ou comunicados de desfazimento, ajustes ou correções;
- c) Recusar o recebimento dos equipamentos, ferramentas e utensílios previsto neste instrumento que apresentem defeitos, solicitando a imediata substituição dos mesmos para fins de guarda ou utilização pela Câmara Municipal de São José;
- d) Comunicar à CONTRATADA os danos porventura causados por seus empregados no âmbito deste Poder, requerendo as providências reparadoras;
- e) Solicitar a substituição de empregados da CONTRATADA que comprometam a perfeita execução dos serviços, inclusive quando decorrente de comportamento inadequado;
- f) Zelar para que os empregados da empresa CONTRATADA não exerçam atividades perigosas sem os essenciais equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente; se constatada a irregularidade, impedir o acesso ao local do trabalho e o início dessas atividades, bem como comunicar o fato à Direção Administrativa para promoção do possível procedimento punitivo contratual;
- g) Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a Administração reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados, podendo para isso:
 - i. Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da CONTRATADA que estiver sem uniforme ou crachá, que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;
 - ii. Examinar as Carteiras Profissionais dos empregados colocados a serviço na Câmara Municipal de São José para comprovar o registro de função profissional;



Praça Arnaldo de Souza, 38
Centro | São José | SC | 88103-005
3029.1380
licitacoes@cmsj.sc.gov.br

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes deste contrato.

A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do contrato conforme estabelecido pela Lei Federal n.º 14.133/2021.

Este contrato se vincula à Lei de Licitações e Contratos n.º 14.133/2021, nas Resoluções n.º 728 a 737, de 09 de outubro de 2023, ao Edital e respectivos anexos e a proposta da Contratada no Processo n.º 167/2023 - Pregão Eletrônico nº 025/2023.

E por estarem ajustadas, firmam este instrumento em 03 (três) vias, de igual teor, juntamente com as testemunhas que também o assinam.

São José (SC), xx de dezembro de 2023.

Matson Luis Cé
Presidente

Representante
Procurador/cargo

TESTEMUNHAS: